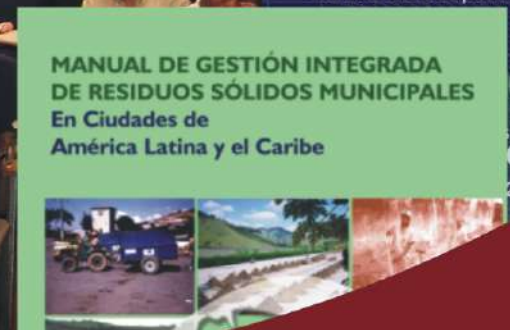


Relatório de Atividades 2007

artigo anual
Eleições 2008 e a
Agenda Municipal de Governo



Relatório de Atividades | 2007

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2008

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM

Largo IBAM, nº 1 – Humaitá – 22271-070 – Rio de Janeiro – RJ

Tel. (21) 2536-9797 – Fax (21) 2537-1262

E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br



impresso em papel 100% reciclado

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2007. Rio de Janeiro, 2008

96p. 28cm

Eleições 2008 e a Agenda Municipal de Governo, por Marcos Flávio R. Gonçalves, Nilton Almeida Rocha e Ricardo Moraes, p.81

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2008. I. Gonçalves, Marcos Flávio R. II. Rocha, Nilton Almeida. III. Moraes, Ricardo. IV. Título.

CDD 352.06

Relatório de Atividades 2007

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2008

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

João Pessoa de Albuquerque (presidente)
Álvaro Almerio de Azevedo Pessôa dos Santos
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Edson de Oliveira Nunes
Edvaldo Pereira de Brito
Henrique Brandão Cavalcanti
Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva
Maria Terezinha Tourinho Saraiva
Mayr Godoy
Raymundo Tarcísio Delgado

Conselho Fiscal

Aguinaldo Helcio Guimarães
Inéa Fonseca
Paulo Reis Vieira
Jorge Gustavo da Costa (suplente)
Roberto Guimarães Boclin (suplente)

Assembléia Geral do IBAM

Amilcar Figueira Ferrari, Aguinaldo Helcio Guimarães, Aluizio Loureiro Pinto,
Álvaro Almerio de Azevedo Pessôa dos Santos, Anna Maria Medeiros Peliano,
Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Célio de Oliveira Borja,
Celso Barroso Leite, Cesar de Paiva Leite, Claudio de Paiva Leite, Edgar Flexa Ribeiro,
Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito, Euro Feliciano Alves,
Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira, Henrique Brandão Cavalcanti,
Heitor Cordeiro Chadas de Oliveira, Inéa Fonseca, Irene Heller Lopes da Silva,
Ives Gandra da Silva Martins, João Pessoa de Albuquerque, Joaquim Caetano Gentil Netto,
Jorge Gustavo da Costa, Jorge Khoury, José Maria Almeida Martins Dias,
José Teixeira Machado Jr., Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mário Alves de Melo,
Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza,
Paulo Alberto Monteiro de Barros (Artur da Távola), Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira,
Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado, Roberto Guimarães Boclin,
Roberto Saturnino Braga, Stélio Emanuel de Alencar Roxo, Sylla Magalhães Chaves,
Tito Bruno Bandeira Ryff, Willian Alberto de Aquino Pereira.

Apresentação

Como em todos os anos, estamos apresentando o Relatório relativo a 2007, para que a sociedade em geral, os Municípios brasileiros e as entidades e os órgãos públicos verifiquem como o IBAM continua a exercer sua missão. Obedece, também, ao preconizado em seu Estatuto, dirigindo-se aos Conselheiros, associados, empregados e colaboradores, autoridades e outros destinatários com a finalidade de apresentar informações sobre o seu desempenho no exercício.

Permitimo-nos chamar a atenção para alguns projetos desenvolvidos pelo IBAM, pelas suas características inovadoras. Outros são já tradicionais, o que não lhes tira o valor, haja vista sua importância para o desenvolvimento institucional dos Municípios.

A propósito, antes de apontar aqueles projetos, cabe ressaltar que praticamente todos os trabalhos que envolvem o IBAM, seja na qualidade de responsável único, seja como parceiro ou como interveniente, dizem respeito ao desenvolvimento institucional. Veja-se, por exemplo, os que têm por objetivo promover a recuperação de créditos decorrentes da inadimplência dos contribuintes.

A Constituição da República, ao distribuir os tributos entre os entes da Federação, institui direitos para cada um deles, porém produz também deveres, os de lançar, cobrar e arrecadar esses tributos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, afirma a obrigatoriedade de instituir, prever e arrecadar efetivamente os tributos de competência constitucional do ente federado, sem o que não estará completa a responsabilidade na gestão fiscal (confira-se o art. 11 da LRF).

Ora, se a Carta Magna e a LRF assim dispõem, como não se considerar essa atividade – a exemplo de tantas outras – definitivamente vinculada ao desenvolvimento institucional da Administração? Recorde-se, mais ainda, que o produto da arrecadação irá permitir que a Administração exerça outras competências também originadas da Constituição e que visam a promover o atendimento aos direitos sociais, à inclusão, o respeito às demandas e necessidades da população, que podem ser exemplificados pela educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, assistência social, proteção do ambiente e muitos outros.

Se aos Municípios, da mesma forma que à União, aos Estados e ao Distrito Federal, é dada competência – o poder/dever – para prestar esses serviços, como desvincular essa obrigação do desenvolvimento institucional, desde o início dos procedimentos fiscais até as providências para recuperar créditos não honrados pelos contribuintes?

A expressão “desenvolvimento institucional” deve ser entendida como relativa a tudo aquilo que, de alguma maneira, contribui para o aperfeiçoamento das instituições, para sua modernização, para torná-la mais ágil, mais eficaz e eficiente e mais respeitosa ao princípio da economicidade. A eficiência, hoje princípio constitucional aplicável à Administração Pública, se traduz também pela capacidade de arrecadar os tributos lançados, seja num primeiro momento, seja posteriormente, pela realização de esforço para reduzir a inadimplência contributiva.

Muito mais se poderia falar a respeito desse tema, porém o objetivo deste Relatório não é o de esgotar o assunto. Voltemos, portanto, ao seu conteúdo, para salientar alguns projetos relevantes. No que respeita à ação cultural do IBAM, merece referência o número de espetáculos gratuitos oferecidos ao público em seu auditório, que atingiu, durante o ano, a 39 concertos, para cerca de 3.400 pessoas. Ampliou-se o âmbito das atividades culturais, com projeto voltado para incentivar expressões artísticas como o teatro e a poesia, conforme se poderá ler no capítulo próprio.

Dois projetos pedem menção por seus reflexos sociais: o desenvolvido junto com a Prefeitura de Niterói (Telecentro EMPLNET), que alcançou quase 8.000 pessoas, às quais foram oferecidas oportunidades de orientação profissional, aprendizado e inclusão social, e o realizado no extremo sul do Estado da Bahia, mediante criação de grupos de desenvolvimento que resultaram na construção de escolas e praças, implementação de hortas comunitárias e na capacidade de diálogo da população com empresas e o poder público local.

A ação internacional do IBAM consistiu em projetos voltados para cidades do Paraguai, do Peru e da Argentina, relacionados com a gestão de resíduos sólidos e mecanismos de desenvolvimento limpo; de Moçambique, onde sete cidades também receberam algum tipo de assessoramento na gestão do ambiente; na continuação de projeto que se destina a conhecer necessidades e demandas de Municípios latino-americanos e caribenhos, com o apoio do UN-Habitat; na realização de novas atividades visando à integração Brasil/Bolívia, projeto já no seu segundo ano; e no apoio à escolha dos vencedores do Prêmio Internacional de Dubai, onde o Brasil teve experiência premiada, como relatado em páginas adiante, junto com outros projetos de caráter internacional.

A missão institucional do IBAM é objeto de capítulo onde serão lidas informações a respeito do que o Instituto fez visando ao fortalecimento institucional dos Municípios. Da mesma forma, alentado capítulo mostra as atividades da Ensur – cursos na sede, descentralizados, para órgãos estaduais, dirigidos a técnicos moçambicanos e de países latino-americanos, além do ensino a distância. A Ensur é responsável também pela realização de atividade junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que deverá alcançar 14.000 participantes ao seu final, por meio de capacitação continuada a distância para subsidiar a implementação do Programa Bolsa Família e de Programas do Sistema Único de Assistência Social.

No que respeita à assessoria técnica, convém convidar o leitor a ir às páginas a ela dedicadas, quando constatará que os Planos Diretores foram objeto de vários trabalhos

realizados pelo IBAM, como também verificará que outros projetos importantes tiveram continuidade. O número de concursos públicos que Municípios e outras instituições entregaram à responsabilidade do IBAM demonstra a seriedade com que essa atividade é exercida, sem que tenha sido registrado qualquer empecilho que maculasse esse democrático processo de seleção de pessoas.

O ano findo assistiu à sucessão do cargo de Superintendente Geral do Instituto. Assumimos essa função após processo de transição, iniciado pela própria antecessora, Mara Biasi Ferrari Pinto, preocupada com a formação de novos quadros que assegurem a permanência do compromisso institucional do IBAM no cenário nacional. A sucessão foi acompanhada de perto pelo Conselho de Administração, que a apoiou e zelou para que tudo tivesse bom resultado. Nos anos em que Mara Biasi ocupou a Superintendência renovou-se, com sucesso, o esforço de manter a participação do Instituto no debate de temas relevantes para a federação brasileira, a permanente inovação de suas linhas de trabalho e a qualidade no desenvolvimento de projetos.

Após quase um ano, o IBAM continua a desenvolver suas habilidades para aplicar os comandos vindos do Estatuto Social, de modo a promover aquilo que é, em síntese, a razão de sua existência – a promoção do Município como esfera autônoma de Governo, bem como os desdobramentos que isso exige.

Em 2008 teremos eleições municipais que resultarão em nova legislatura e novos mandatos. A par disso, surgirão novas questões, novas leis, novas dificuldades. Estaremos mais uma vez prontos a responder ao que pedem os Municípios, realizando projetos já conhecidos ou inovando para estar à altura do que se espera de entidade que completou 55 anos de existência e acumulou rara experiência e conhecimento.

Falemos um pouco, por fim, do artigo anual que se encontra neste Relatório. Salientam os autores que os 20 anos da Constituição Federal serão comemorados no mesmo dia em que se realizarão as eleições. A coincidência é saudável, porque no dia 5 de outubro a cidadania estará se manifestando por uma de suas formas mais importantes, como assinala o artigo. Alguns temas são também lembrados nas páginas desse texto como integrantes da agenda dos administradores. No artigo chama a atenção ainda a junção entre o que compete aos Municípios e o que é patrimônio do IBAM – a ética, a seriedade, a preocupação com a coisa pública.

Resta-nos agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para que o IBAM pudesse realizar tudo isso que aqui se relata.

Paulo Timm
Superintendente Geral

Sumário

Ações pelo Desenvolvimento do Município	9
Ensino	15
Assessoria Técnica	27
Estudos e Pesquisas	43
Participação em Eventos Nacionais	46
Atuação Internacional	51
Ação Cultural e Responsabilidade Social	58
Empregados e Colaboradores do IBAM em 2007	66
Organograma do IBAM	70
Resultados Financeiros	71
artigo anual	
Eleições 2008 e a Agenda Municipal de Governo	81

Ações pelo Desenvolvimento do Município

No ano em que comemorou cinco décadas e meia de criação, o IBAM continuou a diversificar e expandir os meios com os quais realiza sua missão estatutária, de promover o desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, visando a uma sociedade democrática e à valorização da cidadania. A esse respeito, foram praticadas as ações descritas a seguir.

Missão institucional do IBAM

Ações voltadas para o fortalecimento institucional do Município:

- ▣ encontros de Trabalho com Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e dirigentes municipais na sede do IBAM, agendados a pedido de Prefeituras e Câmaras Municipais;
- ▣ atuação como membro do Grupo Técnico sobre Reforma Tributária, da Subchefia de Assuntos Federativos, composto por entidades municipalistas;
- ▣ apoio e participação no Primeiro Encontro de Cidades Integradas do Mercosul, realizado em Santa Maria (RS), que teve também o respaldo de outras entidades municipalistas;
- ▣ assinatura de Termo de Cooperação ABM/IBAM com a finalidade de promover esforços conjuntos em defesa dos interesses dos Municípios, por meio de participação em ações de apoio aos governos municipais, durante a realização em Brasília do Seminário Internacional: Federalismo e Desenvolvimento, organizado pela Associação Brasileira de Municípios – ABM e pelo Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – ILPES;
- ▣ parcerias com entidades representativas dos Municípios brasileiros, de âmbito nacional, regional e microrregional, e participação técnica em eventos;
- ▣ atualização, revisão e elaboração de estudos, pareceres e documentos técnicos que totalizam mais de 10.000 trabalhos disponíveis via Internet para governos municipais e outras entidades governamentais, para o terceiro setor e para entidades privadas;

- ☐ orientação técnica e jurídica a distância, via telefone ou remessa de documentos por *e-mail*, sobre dispositivos legais e outros assuntos de interesse dos governos municipais;
- ☐ distribuição de informativos sobre finanças públicas e sobre recursos municipais;
- ☐ organização da entrega do Prêmio PROCEL Cidade Eficiente, com a finalidade de divulgar as melhores experiências de Prefeituras brasileiras em eficiência energética por intermédio da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica – RCE/IBAM. Foram premiadas as Prefeituras de Itanhandu (MG); Serra (ES); Ilhabela (SP) e Almirante Tamandaré (PR) e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.
- ☐ orientação aos Municípios na elaboração ou revisão de seus planos diretores;
- ☐ publicação e distribuição da versão em português do Guia de Inscrição e Formulários de Apresentação de Projetos ao Prêmio Dubai 2008, visando divulgar o Prêmio no Brasil, mobilizar os gestores de boas práticas a concorrerem à premiação e facilitar o preenchimento do formulário de inscrição.

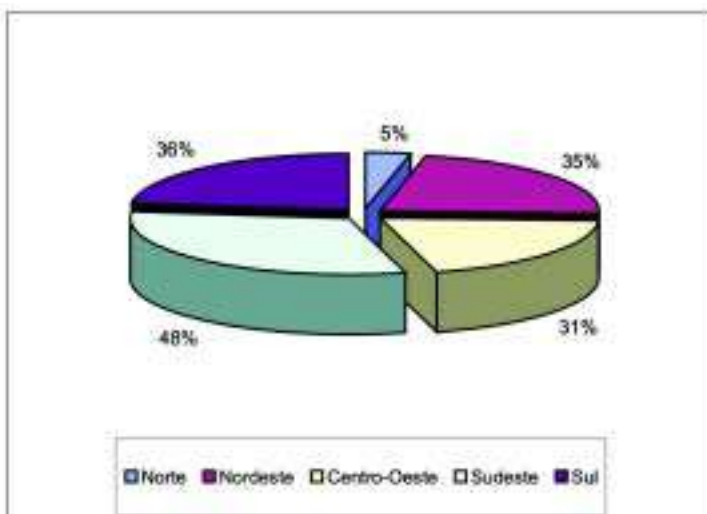
Rede IBAM de Municípios

Prefeituras, Câmaras Municipais, Autarquias, Fundações, empresas privadas e outras entidades fazem parte da Rede IBAM de Municípios. Em dezembro de 2007, essa Rede envolvia cerca de 2.200 Municípios e entidades que mantiveram relacionamento com o Instituto nos últimos cinco anos sob as seguintes formas:

- ☐ usufruindo benefícios específicos de entidades associadas, tais como consultoria a distância e acesso ao banco de pareceres jurídicos;
- ☐ recebendo assessoria técnica em áreas de sua responsabilidade;
- ☐ participando de programas de âmbito nacional de apoio a Municípios, sob coordenação direta do Instituto;
- ☐ participando de cursos e outras atividades de capacitação oferecidos pela Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur.

Os Municípios da Rede IBAM estão distribuídos por todas as regiões e unidades da federação brasileira, como mostra o gráfico a seguir.

Praticamente metade dos Municípios da região Sudeste faz parte da rede IBAM, o que a coloca em primeiro lugar no conjunto. A seguir vem a região Sul, depois a região Nordeste e, por fim, o Centro-oeste e o Norte.



No apoio técnico a distância via Internet, foram enviados mais de 16.000 estudos elaborados especialmente para entidades que fazem parte da Rede IBAM. Alguns dos títulos desses estudos foram: *A concessão de seguro*

saúde aos servidores municipais; O princípio da autotutela da Administração Pública; Agentes políticos: revisão geral anual dos subsídios; Modelo de convite para contratação de prestação de serviços; Interpretação do art. 37, I, da LRF, nos enfoques tributário, financeiro e contábil, e o seu impacto nas finanças municipais; Competência constitucional municipal em matéria de meio ambiente; Reforma tributária – participação nos novos tributos; Greve dos servidores públicos; ISS: fato gerador; Cooperativas: incidência do ISS.

Também foi continuada a remessa mensal do *Noticiário IBAM*, por meio eletrônico, para mais de 3.500 endereços de entidades com as quais o Instituto manteve contato durante o ano, bem como do mesmo veículo impresso, via postal, para cerca de 7.000 endereços.

A intensidade do relacionamento do Instituto com os Municípios é ainda exemplificada nos mais de 90 mil contatos com entidades diversas, por meio de telefonemas, *e-mails* e faxes enviando ou solicitando documentos, orientação jurídica e técnica e informações sobre o IBAM e sobre benefícios que este oferece aos associados.

Atendimento especial aos Municípios associados ao IBAM

Alguns serviços do Instituto são oferecidos especialmente aos seus associados. Exemplo importante é o acesso ao banco de pareceres, estudos, modelos de leis e artigos, via Internet, conhecido como TeleIBAM – www2.ibam.org.br/teleibam –, com acervo de mais de 10 mil documentos. O banco é atualizado permanentemente para garantir a adequação dos pareceres à legislação e à jurisprudência. Cerca de 300 novos documentos são adicionados ou atualizados a cada bimestre. O acesso ao TeleIBAM atingiu a cerca de 40 mil visitas, relativas a consultas a pareceres, artigos da *Revista de Administração Municipal – MUNICÍPIOS*, modelos de leis e outros atos, livros e estudos, tendo sido baixados mais de 46 mil documentos pelos usuários.

Assessoria jurídica

Os serviços exclusivos para associados prestados pela Consultoria Jurídica do IBAM compõem-se de respostas a consultas relacionadas com a interpretação da Constituição e de leis nacionais, estaduais e municipais, notadamente quando ocorrem alterações que têm reflexos na Administração local.

Entre os temas mais freqüentes estão gestão de pessoal, inclusive previdência; processo legislativo; licitação e contratos; urbanismo; direito de propriedade e direito civil em geral; tributos; meio ambiente. Nos pareceres, sempre que necessário, além da resposta objetiva ao que foi questionado, fundamentada na melhor doutrina e na jurisprudência dos Tribunais, apontam-se medidas mais eficientes a serem priorizadas pelo Município, sempre com o objetivo de que este alcance o melhor desenvolvimento institucional e detenha a segurança jurídica, que constitui princípio da Administração Pública.

Com o objetivo de dar maior agilidade e eficiência ao atendimento dos consulentes, os procedimentos internos foram inteiramente informatizados em 2007. Os pareceres, que antes eram remetidos pelo correio, passaram a ser enviados por *e-mail*, salvo quando especialmente requerido o seu envio também pela via postal. Registre-se, ainda, o atendimento pessoal, seja respondendo a questões trazidas pelos agentes públicos que visitam o IBAM, para esclarecer dúvidas, seja por via de plantão telefônico que funciona diariamente, somando 2.033 consultas. Foram elaborados no ano 1.708 pareceres escritos.

Outro serviço prestado pela Consultoria Jurídica do IBAM às entidades associadas ao Instituto compreende a formulação e distribuição de enunciados, que são sínteses de pelo menos três pareceres cujo conteúdo se repete. Foram distribuídos 11 exemplares de enunciados que abordaram os seguintes temas:

- ☐ Agente político. Fidelidade partidária. Interpretação do TSE no sentido de que o mandato pertence ao partido político e não ao candidato. Hipótese não constante do art. 55 da Constituição Federal;
- ☐ Nepotismo. Princípio de moralidade pública. Incidência sobre todos os Poderes da Administração (CF art. 37 *caput*). Nomeação de parente para cargo comissionado. Inconstitucionalidade.
- ☐ Publicidade em jornal próprio do Município. Vedação de promoção pessoal (CF art. 37, § 1º). Contratação dos serviços. Licitação.

Além desse atendimento, a CJ desenvolveu projetos próprios de assessoramento jurídico em Municípios que os solicitaram e participou de atividades de outras áreas do Instituto.

Assessoria contábil-financeira

Na área contábil-financeira, a assessoria aos associados do IBAM é promovida pelo Centro de Estudos Interdisciplinares de Finanças – CEIF, ligado à Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur, e realizada por meio de resposta a consultas formuladas por telefone ou por escrito, mediante a elaboração de pareceres. Foi a seguinte a distribuição dessas consultas:

- ▣ por escrito: 134 pareceres, sendo 89 para Prefeituras Municipais; 39 para Câmaras Municipais; 2 para governos estaduais; 2 para Tribunais de Contas estaduais; e 2 para outras entidades.
- ▣ por telefone: 120, sendo 72 consultas de Prefeituras e 48 consultas de Câmaras Municipais.

Os principais temas objeto de pareceres foram a gestão do FUNDEB, alterações orçamentárias e despesas com eventos do Município.



O CEIF também realizou cursos e seminários para Municípios, por solicitação destes (ver capítulo Ensino), além de elaborar estudos que são divulgados pelo IBAM na seção Finanças Municipais da Revista de Administração Municipal – Municípios ou em sua *homepage*.

O IBAM ainda mais próximo dos Municípios



Com o objetivo de ampliar o apoio aos Municípios, o Instituto vem mantendo representações nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Maranhão. A atuação das representações do IBAM caracterizou-se fortemente pelo assessoramento técnico na área de organização e gestão, valorização dos tributos municipais e recuperação de créditos, além de concursos públicos e processos seletivos.

Criada em setembro de 2007, a representação do IBAM no Estado do Maranhão participou de processo de contratação com a Prefeitura Municipal de São Luis para a realização de programa de capacitação de servidores no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Finanças Municipais – PNAFM.

O IBAM possui também representante em Brasília com a finalidade de acompanhar junto aos ministérios e outros órgãos federais a tramitação de processos que envolvam ou que sejam de interesse do Instituto.

Esta foi atividade bastante intensa em 2007, com alcance expressivamente ampliado. As ações de capacitação desenvolvidas pela Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur distribuíram-se por Municípios de todas as regiões do Brasil, cidades de outros três países sul-americanos e atingiram ainda técnicos responsáveis pela melhoria da qualidade de vida de populações de duas nações africanas.

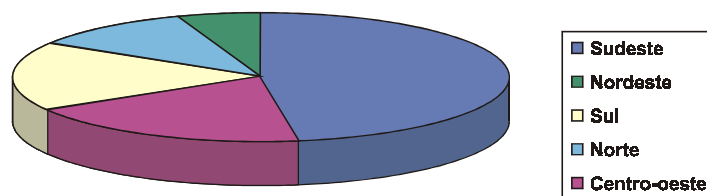
Programa de capacitação presencial na sede do IBAM

Com a finalidade de oferecer qualificação continuada para agentes políticos, gestores, servidores e especialistas de diferentes setores governamentais, além de dirigentes e técnicos de organizações da sociedade civil, o IBAM mantém programa que é estruturado em torno das seguintes áreas: Direito, Administração e Técnicas de Governo; Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Contabilidade, Orçamento, Auditoria e Finanças.



No ano findo, 397 pessoas participaram dos cursos, sendo 199 do sexo feminino e 198 do sexo masculino, representando 80 Prefeituras e 31 Câmaras Municipais, além de outras entidades federais, estaduais e privadas. Pesquisa realizada a respeito do perfil dos participantes revelou ainda que 196 deles são portadores de diplomas de curso superior, e destes, 139 possuem pós-graduação, mestrado ou doutorado. A faixa etária prevalecente é entre 30 e 34 anos de idade. Quanto à origem dos participantes, 47 vieram de entidades associadas e 114 de não-associadas ao IBAM.

Os 114 Municípios que enviaram participantes para os cursos distribuíram-se da seguinte forma, em relação às Regiões:



Foram no total 24 cursos, distribuídos por áreas e relacionados a seguir:

Área de Direito, Administração e Técnicas de Governo

- ☐ Processo e Técnica Legislativa
- ☐ Básico de Licitação
- ☐ Metodologia para Revisão de Planta de Valores
- ☐ Organização e Instrução de Processos Administrativos
- ☐ Comunicação Escrita Técnico-Administrativa
- ☐ Avançado de Licitação
- ☐ Responsabilidade dos Agentes Políticos
- ☐ Licitação e contrato: capacitação de pregoeiro
- ☐ Cargos, Carreiras e Remuneração
- ☐ Planejamento e Gestão de Recursos Humanos
- ☐ Regime Jurídico Funcional e Previdenciário dos Agentes Públicos

Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

- ☐ Política e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
- ☐ Legislação Ambiental e a Aplicação pelos Municípios
- ☐ Subsídios para a Revisão do Código de Obras

- ☐ Regularização Urbanística e Fundiária de Assentamentos Informais de Baixa Renda
- ☐ Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: elaboração, implementação e sustentabilidade
- ☐ Cadastro Técnico e Geoprocessamento

Área de Contabilidade, Orçamento, Auditoria e Finanças

- ☐ Sistema de Planejamento Governamental
- ☐ Elaboração do Orçamento Municipal
- ☐ Contabilidade Pública
- ☐ Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro
- ☐ Encerramento do Exercício e Prestação de Contas
- ☐ Auditoria Governamental
- ☐ Contabilidade Pública Avançada: estudos especiais

Programa de capacitação presencial descentralizada

Atendendo à demanda, quando normalmente são oferecidas em parceria ou colaboração com alguma entidade local, foram realizadas várias atividades de capacitação diretamente nos Municípios ou em centros de treinamento especializados. Assim, houve cursos por solicitação de cinco Prefeituras e seminários solicitados por duas, além de cursos para servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ , por meio de sua Escola do Legislativo Fluminense.

Aperfeiçoando o desempenho de servidores e conselheiros: Rio das Ostras

O Município fluminense de Rio das Ostras contratou o IBAM para ministrar programa, com carga total de 180 horas/aula, composto por diversos temas da gestão pública, que beneficiou 163 participantes. A capacitação foi executada longo de todo o ano de 2007 e dirigida a servidores representantes das várias secretarias municipais, com o objetivo de desenvolver suas habilidades e atitudes e contribuir para a melhoria do desempenho da administração do Município, oferecendo-se os seguintes cursos:

- ☐ Coordenação de Projetos e Programas: ferramentas para supervisores;



- ☐ Gestão Pública do Turismo;
- ☐ Básico de Licitação;
- ☐ Organização e Instrução de Processos Administrativos;
- ☐ Redação Oficial;
- ☐ Planejamento e Gestão de Recursos Humanos;
- ☐ Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro.

Foi ainda ministrada atividade complementar, por solicitação da Prefeitura, representada pelo Seminário sobre Planejamento e Orçamento Municipal (8 horas), para membros dos conselhos municipais, num total de 40 participantes.

Melhorando as práticas administrativas da fiscalização: Piraí (RJ)

A fiscalização é setor da Administração dos mais afetados pelo processo de desenvolvimento urbano, principalmente por constituir interface bastante sensível entre Poder Público e sociedade local. Em Piraí, a capacitação procurou focar o serviço de fiscalização que decorre do licenciamento e das posturas municipais. Essa fiscalização é a que maiores impactos produz no cotidiano da cidade. O curso, denominado “Conceitos e Técnicas de Fiscalização e Licenciamento”, foi dividido em quatro módulos: I – Princípios Legais do Poder de Polícia Municipal; II – Regulação do Uso do Solo; III – Princípios de Licenciamento e Fiscalização; e IV – Prática de Fiscalização de Posturas, com carga de 54 horas/aula e 31 participantes.

Visão sistêmica do orçamento: Rondonópolis (MT)

O IBAM ministrou para a Prefeitura de Rondonópolis o curso “Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro”. Os 34 participantes foram capacitados para o planejamento e a execução do processo de elaboração do orçamento municipal.

A metodologia adotada fundou-se no uso de mecanismos de participação da sociedade e na aplicação das normas e princípios vigentes, com especial ênfase no conceito da visão sistêmica do orçamento.

O que os gestores devem saber sobre finanças municipais: Jacareí (SP)

Com o total de 39 participantes, oriundos tanto da Prefeitura quanto de órgãos como o Instituto de Previdência Municipal, o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos e a Fundação Cultural, foi realizado Seminário de dois dias (16h) para o Município de Jacareí, no qual foram debatidos temas que provocam dúvidas e esclarecidas questões levantadas pelos assistentes do evento.

Valorização do servidor público: Indaial (SC)

A Prefeitura Municipal de Indaial solicitou ao IBAM, por meio de sua Representação em Santa Catarina, atividade na linha motivacional dirigida aos servidores integrantes dos quadros de algumas Secretarias.

O trabalho foi denominado “Programa de Integração e Desenvolvimento dos Servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial” e teve entre os principais propósitos a construção de estratégias de motivação junto aos servidores e a identificação de demandas específicas para implantação de um Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.

Além do curso “Coordenação de equipes na administração pública”, foram executadas diversas atividades, incluindo exposição com amplo debate sobre as propostas para melhoria nos processos organizacionais e no ambiente de trabalho dos servidores municipais.

O Programa foi dirigido a dois grandes grupos – chefias e coordenadores de equipe e servidores, num total de 156 participantes (28 chefias e 128 servidores).

Legislação territorial e gestão urbana: Macapá (AP)

O IBAM apoiou a Prefeitura Municipal de Macapá – cujo Plano Diretor foi elaborado em 2000 com o assessoramento do Instituto – em dois programas de capacitação ligados à temática urbana. Versaram, respectivamente, sobre a nova legislação territorial e urbana do município e sobre planejamento e gestão urbana. Os temas propostos para os cursos visaram às questões próprias do processo de implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá.

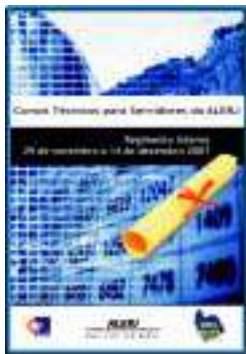
O primeiro programa foi aberto a todos os interessados e desenvolvido por meio de dois seminários sobre legislação urbanística em Macapá. Coube ao IBAM apoiar a Prefeitura na concepção dos eventos, proferir palestras, moderar atividades e dinâmicas de grupo, além de acompanhar os painéis programados. Os seminários receberam cerca de 300 participantes, incluindo gestores e técnicos municipais e do Governo do Estado, acadêmicos e representantes de organizações da sociedade civil.

O segundo programa teve por objetivo a capacitação de técnicos do quadro de servidores da Prefeitura que atuam na área de planejamento e gestão urbana. Três cursos foram programados, dos quais dois foram realizados em 2007: “Gestão urbana com ênfase em administração pública” e “Planejamento urbano com ênfase em projetos”, com 18 horas/aula cada um, contando com 62 participantes.

O terceiro – “Legislação urbanística com ênfase em controle e supervisão” – está previsto para o início de 2008.



Capacitação de servidores da Assembléia Legislativa (RJ)



Por iniciativa da Escola do Legislativo Fluminense, o IBAM elaborou programa de seis cursos técnicos, num total de 162 horas/aula, voltados para o aprimoramento dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. O contrato, firmado entre o Instituto e a Casa Legislativa, contemplou a formação de duas turmas para cada curso proposto. As primeiras, com aulas em 2007, contaram com 147 participantes, e as últimas estão programadas para o início de 2008.

Os cursos abrangeram dois importantes segmentos temáticos para o setor público: direito (cursos sobre Regimento Interno, Processo e Técnica Legislativa e Licitação e Contrato) e finanças públicas (cursos sobre Elaboração do Orçamento Público e Contabilidade Pública, este último transferido para 2008). O sexto curso do programa foi dedicado à Redação Oficial, item de formação essencial de todos os servidores.

Outras atividades de ensino

Foram ainda realizadas diversas atividades de ensino – cursos, oficinas, seminários e tutoria a distância – para atender a outros tipos de entidades, como governos de outros países, órgãos federais brasileiros, associações e institutos e por iniciativa do próprio IBAM. Essas atividades, como um todo, atingiram mais de 1.350 participantes.

Formação de rede de multiplicadores em resíduos sólidos e MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O enfoque que vem sendo dado pelo IBAM desde o início da década às ações desenvolvidas na área de gestão de resíduos sólidos foi fortalecido com o projeto “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL aplicado à redução de emissões de gases gerados nas áreas de disposição final de resíduos sólidos”.

O projeto é resultado de uma parceria entre os Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, com apoio do Banco Mundial e recursos disponibilizados pelo Governo do Japão, e prevê a realização de estudos de viabilidade para 30 Municípios, além de estar associado a programa de capacitação em gestão integrada de resíduos sólidos com foco em MDL.



Seu foco são os 200 Municípios mais populosos, que concentram mais da metade da população brasileira e são responsáveis por cerca de 60% do total

de resíduos sólidos urbanos gerados no país. O IBAM coordena o componente de capacitação do projeto que compreende:

- ☐ 1 oficina técnica preparatória dos trabalhos;
- ☐ 3 cursos regionais de capacitação para formação de rede de multiplicadores;
- ☐ 16 cursos técnicos de capacitação municipal, estes últimos planejados para 2008.

O processo de capacitação está apoiado por manuais, também elaborados pelo IBAM, que constituem base de informação conceitual e prática. São eles:

- ☐ MDL 1 - *Gestão integrada de resíduos sólidos*;
- ☐ MDL 2 - *Conceito, planejamento e oportunidades*;
- ☐ MDL 3 - *Redução de emissões na disposição final*;
- ☐ MDL 4 - *Agregando valor social e ambiental*;
- ☐ MDL5 - *Diretrizes para a elaboração de propostas de projetos*.



Os cursos regionais foram realizados em 2007 nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE) e Porto Alegre (RS), cada turma contando com 22, 23 e 21 participantes respectivamente. Tiveram como objetivo identificar e preparar profissionais com experiência, disponibilidade e interesse em atuar como multiplicadores nos cursos municipais, etapa final do componente de capacitação prevista para o primeiro semestre de 2008.

Prioridade para capacitação em eficiência energética

O IBAM acumula vasta experiência no desenvolvimento de projetos de gestão municipal da energia elétrica. Neles, técnicos municipais são treinados no tema e para a adoção e uso de sistemas de apoio.

Em 2007, foram realizados sete cursos para 136 técnicos municipais, consultores locais e técnicos das concessionárias: dois cursos para a AMPLA (RJ) ; três para a CELESC (SC) e dois para a CELPA (Pará). Os cursos tiveram 18 horas de aula cada e neles foram transmitidas informações teóricas sobre a aplicação da Gestão Energética Municipal – GEM, conceitos de eficiência energética em diversos segmentos e a utilização do *software* SIEM como base computacional para a GEM.

Fortalecendo a capacidade técnica de equipe de Moçambique

Nos últimos três anos, em parceria com o Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Urbanas (CDS-ZU) do Governo de Moçambique, o IBAM realiza trabalho de assistência técnica na área de resíduos sólidos urbanos para sete cidades moçambicanas, em iniciativa conhecida como Projecto 7 Cidades.

Na seqüência dessa atividade, o CDS-ZU solicitou ao IBAM a organização de visita de estudo ao Brasil para o fortalecimento da capacidade técnica de sua equipe na gestão do ambiente urbano e de resíduos sólidos urbanos.

A visita técnica teve entre os principais objetivos a identificação de conceitos e metodologias para a gestão ambiental urbana, o conhecimento de metodologias, indicadores ambientais e demais instrumentos para elaboração de estudo de avaliação ambiental e o melhor conhecimento técnico relacionado à implantação de aterros sanitários.



Com quatro participantes, a viagem de estudos ao Brasil teve duração de oito dias. Além de curso ministrado na sede do IBAM, os moçambicanos visitaram, acompanhados por técnico do Instituto, o Município de Cabo Frio (RJ), para conhecer o Projeto Orla e a área de deposição dos resíduos sólidos; o Consórcio Intermunicipal Lagos São

João; o lixão de Búzios; o aterro sanitário de São Pedro d'Aldeia; e o Município de Piraí, onde foram apresentados projetos da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.

Apoiando a formação de multiplicadores para projetos angolanos de desenvolvimento local

O IBAM recebeu, entre 25 de junho e 3 de julho, missão do FAS – Fundo de Apoio Social da República de Angola, para participar de Programa de Capacitação nas Áreas de Desenvolvimento Local e de Formação de Multiplicadores.



Com o apoio financeiro de organismos internacionais, o FAZ, além de financiar escolas, postos e centros de saúde, projetos de água e saneamento, entre outras obras, desenvolve intenso trabalho de capacitação junto às comunidades com as quais trabalha, bem como com os parceiros operacionais em nível local, como ONGs e Administrações Municipais e de comunas.

O programa destinou-se a preparar os participantes para enfrentar os grandes desafios que envolvem o desenvolvimento local em Angola e atender à crescente demanda das Administrações Locais e de seus parceiros. Teve 42 horas/aula no total e incluiu visita técnica a Quissamã (RJ) para conhecimento da experiência do Município na área de cooperativas, entre outros temas.

Capacitação de técnicos latino-americanos

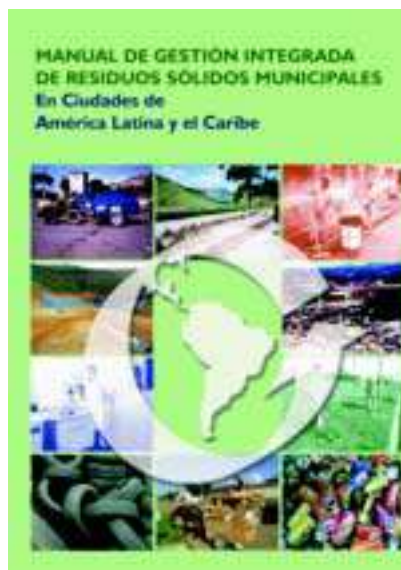
Outro projeto ligado ao tema da gestão dos resíduos sólidos, desenvolvido pelo IBAM em três cidades latino-americanas (para mais detalhes, ver capítulo Atuação Internacional), teve importante componente de capacitação, denominado Tutoria Especializada para Preparação de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos – PGIRSU, que beneficiou equipes técnicas das cidades de Assunção (Paraguai), Arequipa (Peru) e Moreno (Argentina) na etapa de diagnóstico da assessoria técnica fornecida pelo IBAM.

A capacitação inicial tem como objetivo difundir o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos entre os técnicos municipais, bem como orientá-los para a elaboração do diagnóstico e das proposições para o PGIRSU. Em Moreno, o curso foi realizado no mês de março e teve a presença de 15 participantes; em Assunção, no mês de abril, com 10 participantes, e em Arequipa, em maio, para 20 alunos.

Além desse momento presencial, envolvendo programa de capacitação *in loco*, foi posta à disposição tutoria a distância para outras etapas da assessoria.

Associação Brasileira de Câmaras Municipais – ABRACAM

O IBAM participou de dois seminários do programa “Capacitando Vereadores para um novo Mandato”, cabendo ao Instituto apresentar e debater o tema finanças municipais, tratado na palestra “Cenário futuro para os municípios e as despesas legislativas” – em Vitória (ES) e em Salvador (BA).



Parceria com o Lincoln Institute of Land Policy e o IPPUR/UFRJ



A oficina “GIROS – jogo pedagógico sobre mercado do solo urbano”, foi realizada nos dias 3 e 4 de outubro no IBAM, em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy e o Instituto de Planejamento Urbano, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após sua edição em diversos países, a Oficina foi pela primeira vez trazida ao Rio de Janeiro. O jogo se desenvolve em torno de tabuleiro que reproduz típica cidade latino-americana, inclusive simulando as instituições que regulam o

funcionamento do mercado de terras urbano. Técnicos de Prefeituras, mestrandos e profissionais da iniciativa privada foram convidados especialmente pelo Instituto, somando público de 40 participantes.

Agenda para implementação dos planos diretores participativos

A mobilização nacional em torno da elaboração dos planos diretores participativos entre 2004 e 2006 e a parcela de contribuição dada pelo IBAM no processo de elaboração desses planos municipais no marco da nova política urbana foi objeto de debate e reflexão sobre os resultados e seus desdobramentos nos dias 12 e 13 de novembro, na sede do instituto.

O seminário se organizou com base em mesas-redondas e grupos de trabalho com o objetivo de discutir a agenda de desafios dos Municípios brasileiros na condução da política urbana. Na metodologia dos trabalhos, foram propostos quatro temas estruturantes:

- ▣ compatibilização entre política urbana e preservação ambiental;
- ▣ promoção da inclusão territorial e acesso à moradia digna;
- ▣ aplicação dos instrumentos do Estatuto da cidade e contornos jurídicos do direito à Cidade;
- ▣ gestão democrática e participação da sociedade.

Presentes profissionais, pesquisadores, gestores públicos e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam no campo do planejamento e gestão das cidades, num total de 71 participantes.

Programa de Educação a Distância

Processo e técnica legislativa

Em continuidade à oferta do curso aos seus associados, o programa de Processo e Técnica Legislativa do IBAM recebeu 58 novas matrículas. Também a Câmara Municipal de Sete Lagoas contratou especialmente o curso para qualificação de seus servidores que recebem tutoria especializada para o desenvolvimento dos seus estudos.

Gestão social com qualidade

Tendo como objetivo aprimorar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Programa Bolsa Família – PBF, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS contratou o consórcio formado pelo IBAM e pelo Centro Universitário Carioca – UniCarioca para, durante 18 meses, promover a capacitação de 14.059 técnicos de órgãos estaduais e municipais ligados à execução de programas sociais, cobrindo todas as regiões brasileiras. O projeto tem o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Sob a modalidade de ensino a distância, o projeto, ainda em andamento, prevê a realização de quatro cursos divididos em seis módulos e apoio remoto aos alunos, por tutoria especializada.

Os participantes puderam optar por realizar os cursos sob regimes diferenciados, com carga variável entre 95 e 150 horas. No período de junho a dezembro, foram formadas 38 turmas, com o total de 5.511 alunos já matriculados e que estão em processo de capacitação

A capacitação visa a oferecer conhecimentos sistematizados, metodologias e ferramentas técnicas para ajudar os profissionais no desenvolvimento das atividades de implementação e aperfeiçoamento do PBF e do SUAS. Os participantes devem estar envolvidos na gestão do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF.



Assessoria Técnica

A gama de serviços de assessoria técnica que o IBAM presta é bem variada, pois responde às demandas que surgem em decorrência das transformações pelas quais passa a Administração Pública: toda solicitação, no âmbito dos princípios determinados pela missão do Instituto de fortalecer o Município e valorizar a cidadania, é absorvida como mais um desafio.

O IBAM desenvolveu cerca de 80 projetos de assessoria técnica, a maioria na área de gestão de pessoas (47), o que é uma tradição. A diversidade, entretanto, esteve presente em inúmeros projetos, conforme se verá adiante.

Projetos de gestão ambiental urbana

Planos diretores participativos

O Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257, de julho de 2001 – consagrou princípios fundamentais para enfrentar as desigualdades sociais urbanas e regulamentou instrumentos avançados em relação à prática de planejamento urbano tradicional das cidades, no

contexto dos novos planos diretores – estabelecendo prazo para elaboração ou revisão aos municípios submetidos a esta obrigatoriedade –, tendo em vista a adoção de política urbana comprometida com a transformação do cenário de exclusão territorial e de desigualdades sociais urbanas.



No período compreendido entre a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 e o ano de 2007, o IBAM atuou na assessoria técnica direta ao processo de elaboração de 18 planos diretores em municípios com

diversas escalas de cidades (incluindo capitais estaduais, Distrito Federal e em regiões metropolitanas), bem como realizou oito circuitos para capacitação e treinamento de equipes locais. Além disso, contribuiu em dois programas estaduais para capacitação em planos diretores, abrangendo o total de 99 Municípios em Goiás e no Rio Grande do Sul.

A experiência acumulada neste primeiro ciclo de trabalhos – de elaboração dos planos diretores – propiciou a consolidação de metodologia que conjuga a participação da sociedade e o aperfeiçoamento técnico das equipes locais, e que serviu de base para discussões no *Seminário Agenda para implementação dos Planos Diretores Participativos* promovido pelo Instituto em novembro, em sua sede.

Com o objetivo de discutir os desafios dos Municípios brasileiros na materialização da política urbana estabelecida em cada plano diretor e, ao mesmo tempo, promover a difusão de experiências que possam apoiar as ações de governo nessa tarefa, o seminário representou um marco para a atuação da assessoria técnica do IBAM, tendo em vista um segundo ciclo de trabalhos voltado para a implementação dos planos diretores e dos diversos processos implicados com a gestão democrática das cidades. Os resultados do encontro constarão de publicação a ser lançada ao longo de 2008.



Ainda em 2007, o IBAM concluiu a assessoria técnica aos processos de elaboração dos seguintes planos diretores participativos:

Plano diretor participativo de Itaperuna (RJ)

Do conjunto de três Municípios da região Norte-Noroeste do Rio de Janeiro em que apoiou a elaboração de planos diretores entre 2005/2007 (Santo Antônio de Pádua e Campos dos Goytacazes já concluídos), o IBAM finalizou a assessoria técnica iniciada no ano passado à Prefeitura Municipal de Itaperuna, cumprindo etapa de formulação, discussão com a sociedade e entrega das propostas finais, incluindo os anteprojetos de lei do plano diretor e da legislação urbanística complementar.

Como nas demais experiências, o processo possibilitou maior compreensão, pelos participantes – técnicos, gestores e população – de seus problemas e potenciais e das alternativas sustentáveis para o seu desenvolvimento no contexto participativo, contribuindo para a cidadania e a prática democrática.

Para a Prefeitura, o contato com a assessoria do IBAM potencializou o acúmulo de conhecimentos e soluções e a reciclagem de técnicos e lideranças, contribuindo para o aprimoramento das práticas de gestão dentro de um novo marco institucional proposto no

plano diretor. O trabalho apresentou oportunidades e desafios específicos, seja pela interação entre as dinâmicas municipais e a regional, decorrente da atuação do IBAM nos três Municípios vizinhos, seja pela reflexão técnica e jurídica no encaminhamento de alternativas para efetiva interação das dimensões ambiental e urbana, frente às características naturais do território e das demandas do processo de ocupação urbana.

Plano diretor participativo de Mucuri (BA)

A assessoria técnica para elaboração do plano diretor de Mucuri se insere no Programa de Ampliação da Capacidade Institucional da Administração Municipal que está sendo implantado na Prefeitura pelo IBAM, no âmbito da cooperação financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. Trata-se de medida de compensação pela presença de atividade econômica de impacto ambiental de âmbito regional prevista no Estatuto da Cidade, promovida por intermédio da unidade de Comunicação e Responsabilidade Social dessa empresa.



O Programa, com término previsto para 2008, também reconhecido como *Programa Mucuri Para Todos*, deu ênfase especial à elaboração do plano diretor do Município e da legislação urbanística básica (anteprojetos de lei do plano diretor, do perímetro urbano, do parcelamento do solo para fins urbanos e do uso e ocupação do solo) que correspondem às atividades definidas em seu Eixo 1.

A participação da sociedade ao longo da elaboração do plano diretor, metodologia também adotada em Mucuri, resultou na realização de 19 reuniões para leitura comunitária da realidade municipal e urbana, envolvendo aproximadamente 1.000 pessoas da comunidade; três oficinas e duas audiências públicas para debate de propostas; e evento público para entrega do plano diretor e exposição junto à Câmara Municipal, sendo beneficiários do processo todos aqueles que habitam o Município, cuja população é de cerca de 33 mil habitantes, dos quais quase 3% estiveram diretamente envolvidos na definição das propostas.

Vale destacar que o processo de elaboração do plano diretor, a partir das atividades de leitura comunitária, contribuiu para a formulação do plano de ação da Administração Municipal – uma das metas do Eixo 2 de trabalho do Programa.

Posturas municipais e código de obras em Campos dos Goytacazes (RJ)

Concluída a assessoria técnica do IBAM ao plano diretor de Campos dos Goytacazes, desdobrou-se o apoio à Prefeitura na elaboração de dois instrumentos de controle urbano: o anteprojeto de lei geral para regulação do exercício de atividades econômicas, de caráter permanente, temporário ou eventual, em estabelecimentos e espaços públicos

(antigas posturas); e o código de obras e edificações. Trata-se de normas de polícia administrativa visando a adequar, condicionar, licenciar e fiscalizar atividades edilícias e econômicas.

Foram realizadas três missões para análise da legislação vigente e entrevistas com chefias e servidores públicos das áreas de posturas municipais, licenciamento e fiscalização de obras e parcelamento, meio ambiente e vigilância sanitária, fiscalização tributária, além de observações de campo. O trabalho partiu dos resultados do plano diretor, tendo sido incorporadas as leituras comunitárias realizadas naquela ocasião e assegurada a interação dos instrumentos de controle com as leis de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano. Além disso, o processo incluiu a discussão com agentes da cidade diretamente afetados, tais como Associação Comercial e representantes do setor imobiliário.

Implementando o Plano Diretor de Mogi das Cruzes (SP)

A Prefeitura de Mogi das Cruzes, Município integrante da região metropolitana de São Paulo, após aprovar seu plano diretor, passou a contar com a assessoria técnica do IBAM, a partir de outubro, com o objetivo de apoiar iniciativas da Administração voltadas para a implementação da política urbana municipal definida no referido plano, a saber:

Linha de trabalho 1 – regulamentação do uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e dos novos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano

A partir das estratégias definidas no plano diretor e no macrozoneamento, a assessoria técnica do IBAM objetiva adequar os requerimentos e parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e regulamentar as condições para implementação de instrumentos de indução do desenvolvimento urbano previstos no Estatuto da Cidade, resultando no aperfeiçoamento do processo de planejamento municipal, em consonância com os marcos institucionais previstos no novo plano.

O trabalho tem um caráter precursor e, assim como Mogi das Cruzes, desde outubro de 2006, 1.682 Municípios brasileiros precisarão seguir esse mesmo caminho, visando ao aperfeiçoamento do seu sistema de planejamento e gestão urbana.

Linha de trabalho 2 – formulação do plano municipal de habitação de interesse social

O objetivo geral dessa linha de trabalho é apoiar o Município, através da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, na elaboração do plano municipal de habitação de interesse social, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005,



por meio de processo participativo junto à sociedade, a partir de estudos técnicos, construção de diagnóstico habitacional e definição de estratégias e propostas para implementação de programas e ações voltados ao atendimento das necessidades habitacionais da população de menor renda do Município.

As duas linhas de trabalho cumpriram, até dezembro, as etapas preparatória e de realização dos estudos complementares.

Planos municipais de gestão da energia elétrica

Assim como os principais eixos considerados tradicionalmente estratégicos para a gestão ambiental urbana – saneamento, habitação, mobilidade e controle urbano –, confirma-se a importância de outros temas que mantêm interações significativas no atual panorama de mudanças climáticas e que diferenciam a administração municipal moderna e sustentável.

Nesse quadro, a assessoria técnica que o IBAM realiza há mais de dez anos em Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs, em parceria com as concessionárias estaduais, encontra-se entre aquelas cujos resultados são rapidamente percebidos e facilmente quantificáveis.

Foram realizados mais 60 PLAMGEs, concentrados nos Estados do Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina, para os seguintes Municípios:

- ▣ Servidos pela concessionária AMPLA, no Estado do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Casimiro de Abreu, Itaocara, Itaperuna, Petrópolis, Rio Bonito e Santa Maria Madalena, somando população beneficiada de *cerca de 1 milhão de habitantes*.

A assessoria do IBAM à AMPLA totaliza, até o momento, dez Municípios de sua área de concessão com a adoção da metodologia para Gestão Energética Municipal. Como resultado da aplicação dos PLAMGEs, os Municípios contemplados conseguiram alcançar redução de 10% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a 8,5 GWh ou R\$ 3 milhões que deixarão de ser gastos anualmente. Isto significa contribuir para a racionalização das contas públicas de cada Prefeitura, ao mesmo tempo em que permite à concessionária combater o desperdício e direcionar a energia oferecida a outros consumidores. Caso esses Municípios executem integralmente os projetos propostos em seus PLAMGEs, poderão atingir redução em torno de 15% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a 9,5 GWh ou R\$ 4 milhões que deixarão de ser gastos anualmente.

- ▣ Servidos pela concessionária CELPA, no Estado do Pará – Bragança e Paragominas, somando população beneficiada de *cerca de 195 mil habitantes*.

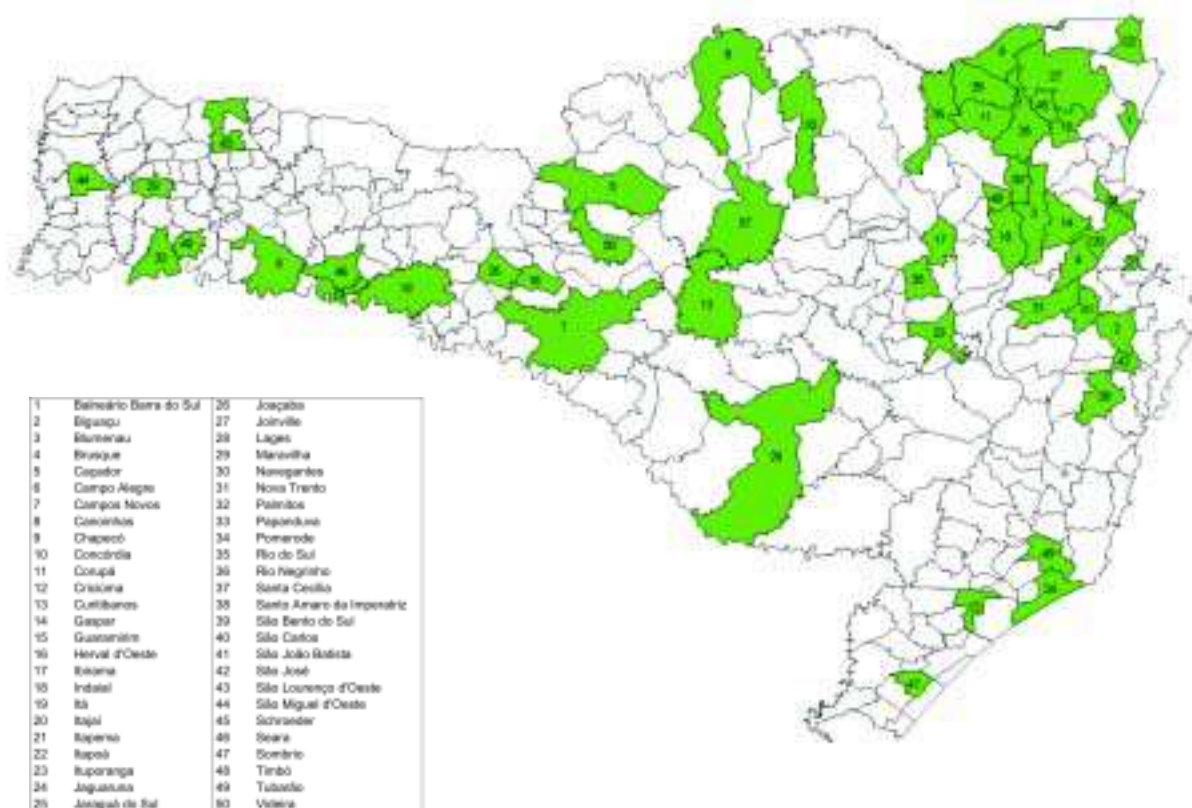
O Estado do Pará conta no momento com sete Municípios contemplados com PLAMGEs realizados pelo IBAM; entretanto, desde 2003 foram capacitados pela

assessoria do Instituto 112 Municípios, ou cerca de 78% do total estadual, estando aptos a aplicar a metodologia de elaboração dos Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica.

- ▣ Servidos pela concessionária CELESC, no Estado de Santa Catarina – 50 Municípios de diversas regiões do Estado, conforme pode ser observado no mapa.

Nos 50 Municípios da área de concessão da CELESC, cujos PLAMGEs foram entregues no final do ano, no âmbito da parceria entre o IBAM e MKI Engenharia LTDA., a perspectiva de economia é de 6% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a 7GWh ou R\$ 2,5 milhões que deixarão de ser gastos anualmente, podendo atingir redução em torno de 20% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a 33GWh ou R\$ 12 milhões pela aplicação da totalidade das propostas previstas.

O projeto ganha especial relevância frente à população beneficiada, que corresponde a mais de 50% do total do Estado. atingindo 3.153.889 habitantes.



Projetos de mobilização social e ação direta junto à população

IBAM segue apoiando o

Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP

A Rede de Mobilizadores COEP é um meio de articulação de pessoas e de organizações em nível nacional, que conta atualmente com 5.474 mobilizadores, presentes em 26 Estados e 520 Municípios brasileiros, estando estruturada em quatro grupos temáticos:

- ☐ economia solidária e cooperativismo;
- ☐ observatório da infância e adolescência;
- ☐ políticas públicas de inclusão, participação e mobilização social;
- ☐ turismo e desenvolvimento social.

Nos dois últimos anos, o IBAM tem prestado assessoria técnica à gestão dos grupos temáticos, promovendo ações variadas como a indicação de textos qualificados com diferentes níveis de compreensão e autorização para divulgação, quando necessário; prospecção de *links* nacionais e estrangeiros que possam contribuir para o desenvolvimento dos grupos temáticos; planejamento de treinamento sobre temas de interesse com indicação de instrutores habilitados para resposta às demandas dos participantes; realização de entrevistas em vídeo com convidados especialistas; indicação de temas e nomes de especialistas nos assuntos de interesse de cada grupo para a realização de fóruns, entre outras.



Foram selecionados nove textos por grupo/mês; realizadas quatro entrevistas por bimestre em grupos alternados, dois fóruns e um treinamento. Dessa forma, o IBAM contribuiu com o projeto na meta de incrementar a rede nacional de ação social, fortalecendo os elos entre organizações e sociedade nas ações de combate à fome e à exclusão social.

Promoção de ações em desenvolvimento local para vizinhos de empreendimentos florestais na Bahia

No âmbito da PARCERIA 21, associação entre o IBAM e o Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, teve continuidade a assessoria técnica iniciada em 2006 às empresas Suzano Papel e Celulose e Aracruz Celulose, com o objetivo de promover o

desenvolvimento das comunidades vizinhas aos empreendimentos florestais do extremo sul da Bahia, fortalecendo sua identidade e apoiando a inserção produtiva da população envolvida.

O atual estágio de implementação do projeto conta com o financiamento da Associação Baiana de Empresas Produtoras de Florestas Plantadas – ABAF.

A iniciativa parte da necessidade de agir estrategicamente para a redução dos conflitos estabelecidos na região entre produtores ilegais de carvão e as empresas produtoras de papel e celulose. Trata-se de intervenção direta em seis localidades da zona rural de quatro Municípios baianos: Taquari (Município de Alcobaça); Juerana (Município de Caravelas); Engenheiro Cândido Mariano (Município de Nova Viçosa); e Cruzelândia, Nova Brasília e Oliveira Costa, pertencentes ao Município de Mucuri (este conta ainda com ação específica para programa de ampliação da capacidade institucional da administração municipal, também com a assessoria do IBAM, como relatado anteriormente).

O trabalho se apoia no fortalecimento dos laços sociais nas comunidades, através da formação de grupos de desenvolvimento local dedicados a formular e a implementar projetos coletivos para enfrentar a situação problema e encaminhar formas para a sua equação. Os grupos são estimulados a conceber e elaborar empreendimentos produtivos nas comunidades, articular o planejamento e a execução das ações e mobilizar o conjunto de atores públicos e privados existentes no território regional.

A partir das iniciativas organizadas nos grupos de desenvolvimento local, desenvolve-se o apoio da assessoria ao fomento dos empreendimentos produtivos, mediante processo de incubação de cooperativas de produção e/ou trabalho, capaz de garantir a autogestão e a sustentabilidade dos investimentos. Parte das cooperativas fomentadas pretende organizar e formalizar a produção de carvão, hoje amplamente



disseminada na região em caráter informal, e minimizar os impactos sociais dessa atividade. Também são desenvolvidas ações no sentido de ampliar a inserção das comunidades envolvidas nas atividades das empresas produtoras de papel e celulose, tanto através de empregos diretos como de relações comerciais com as cooperativas criadas.

Foram formadas duas cooperativas envolvendo aproximadamente 170 pessoas, uma Associação de Produtores Rurais e Moradores, além de haver sido dada assessoria às empresas no desenvolvimento de ações de responsabilidade social articuladas aos programas de governança local.

A destacar o fato de o Ministério Público do Estado da Bahia haver tomado o projeto como referência para a proposição de políticas para o combate à produção ilegal de carvão, solicitando apoio técnico da Parceria 21. Ao todo, foram beneficiárias diretas do projeto,

até o momento, as populações das seis localidades onde foram implementados os grupos de desenvolvimento local, totalizando aproximadamente três mil pessoas. Os grupos têm sido responsáveis também por iniciativas de melhoria da qualidade de vida das localidades, por meio de ações para melhoria da infra-estrutura, como escolas e praças, assim como a implementação de hortas comunitárias e articulações com empresas e com o Poder Público local.

Criação do Fórum da Mesorregião do Vale do Rio Itabapoana e portal na Internet



Ao longo dos últimos cinco anos, o IBAM tem contribuído com o Ministério da Integração Nacional em ações voltadas para o desenvolvimento sustentável em escala regional, nas unidades territoriais denominadas mesorregiões, linha de trabalho incluída entre as assessorias em desenvolvimento econômico local do Instituto.

A experiência acumulada na parceria com o Ministério habilitou o Instituto a apoiá-lo por meio de assessoria técnica para a Mesorregião do Vale do Rio Itabapoana, que atravessa os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Coube ao IBAM promover e conduzir o processo de formação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião, que engloba 31 Municípios¹, abriga cerca de 950 mil habitantes e abrange área em torno de 15.000km², que constitui um dos principais “bolsões” de pobreza do Sudeste brasileiro.

A mesorregião é caracterizada pela existência de profundas desigualdades espaciais e graves problemas socioeconômicos. Apresenta, entretanto, grande potencial de expansão das cadeias produtivas presentes no território, como a da fruticultura, da apicultura, da floricultura, do turismo e da aqüicultura, e perspectivas para exploração de pecuária bovina, de cana-de-açúcar e das atividades ligadas ao petróleo.



O objetivo do projeto, ainda em andamento, é a implantação do Fórum, integrando governo, sociedade e terceiro setor, e a criação de seu Portal na Internet.

¹ Apicá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibitirama, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado, no Espírito Santo; Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Espera Feliz, Luisburgo e Manhumirim, em Minas Gerais; Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Itaperuna, Italva, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, São Francisco do Itabapoana, São José do Ubá, São João da Barra e Varre-Sai, no Estado do Rio de Janeiro.

Além da expansão das ações do Ministério da Integração Nacional já em curso – apoio à apicultura, fruticultura e piscicultura –, o Fórum permitirá o surgimento de outros projetos compatíveis com as potencialidades econômicas da mesorregião, tornando-se interlocutor do Ministério na região, bem como protagonista capaz de desenvolver projetos e captar recursos junto a diversas outras fontes.

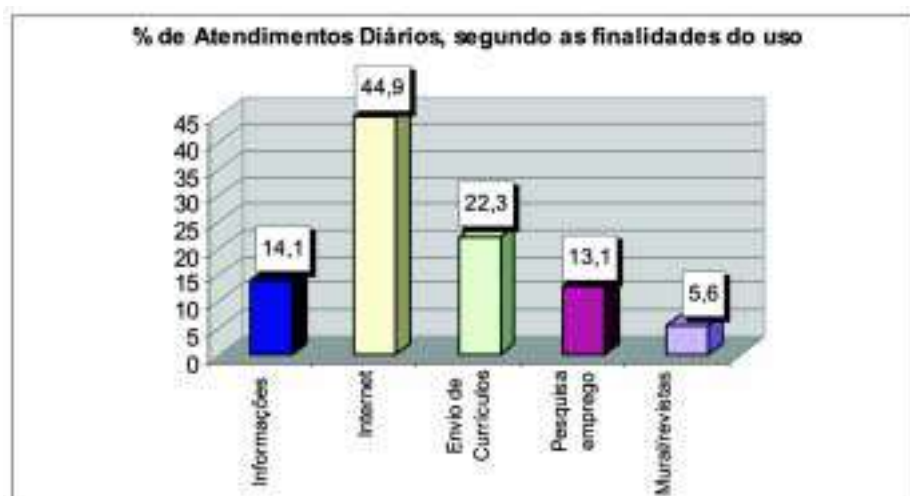
Conclusão da assessoria do IBAM para inclusão digital no âmbito do projeto Telecentro Emplenet

O projeto do Telecentro Emplenet, iniciado há dois anos em parceria com a Prefeitura Municipal de Niterói (RJ), com recursos da União Européia, foi integralmente assumido pelo Município a partir de junho. Localizado no Terminal Rodoviário João Goulart, por onde transitam cerca de 250.000 pessoas/dia, o Espaço Mário Lago – Telecentro Emplenet atende a média diária de 300 pessoas em ações de inclusão digital, capacitação e orientação para busca do emprego.

O projeto, que ainda está em processo de implementação de sua capacidade plena, alcançou resultados expressivos, até novembro de 2007, dentre os quais destacam-se: 8.120 usuários cadastrados; 53.966 acessos ao sistema; 1.806 alunos matriculados; 551 alunos certificados. Além disso, 82 pessoas (36 homens e 46 mulheres) receberam atendimento e orientação profissional; 164 pessoas cadastraram e disponibilizaram seus currículos no portal do Telecentro; oito empresas se cadastraram e publicaram oportunidades de trabalho e sete pessoas encontraram emprego por intermédio do Telecentro.

Inicialmente, como as atividades de orientação profissional, inserção trabalhista e empreendedorismo estavam em fase embrionária, a demanda pelos serviços esteve voltada prioritariamente para a inclusão digital e o aprendizado. Após o desenvolvimento daquelas atividades, muitos dos usuários mostraram-se interessados nos novos serviços ofertados, sobretudo após a bem-sucedida articulação com o setor privado.

Os usuários cadastrados procuraram os serviços do Telecentro de acordo com a seguinte proporção quanto às finalidades:



Dado o sucesso obtido pelo projeto, o IBAM tem envidado esforços junto ao Ministério do Trabalho e Emprego no sentido de replicar, em outros Municípios, o modelo testado no Telecentro Emplenet.

Trabalho e empreendedorismo da mulher

Trata-se de projeto ainda em andamento, voltado para a população feminina do Estado do Rio de Janeiro, que tem por objetivo incentivar iniciativas empreendedoras das mulheres fluminenses e promover, mediante sua inserção no mundo do trabalho, a inclusão social de parcela daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.



O projeto visa também obter o efetivo engajamento dos gestores locais por meio de compromisso que leve à ampliação de oferta de serviços públicos e sociais que facilitem tanto essa inclusão quanto a própria expansão do incentivo à capacidade empreendedora feminina.

O projeto, que tem o título Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, é patrocinado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM, tem a coordenação do IBAM e conta com a parceria da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH-RJ; do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro – SEBRAE RJ; da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Rio de Janeiro – BPW/RJ; do Banco da Mulher do Rio de Janeiro – BM/Rio; e do Instituto

de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IP/UFRJ.

Além dos representantes do poder público estadual, foram mobilizados gestores dos Municípios priorizados para a implementação do Programa, em seus primeiros seis meses, que são: Campo Grande/Zona Oeste do Rio de Janeiro; Barra Mansa; Itaguaí; São Gonçalo e Itaperuna. Instituições locais do terceiro setor que trabalham preferencialmente com mulheres também foram mobilizadas, o que deu a essa fase do processo o total de 1.235 participantes. A implantação do Programa deverá abranger mais cinco Municípios fluminenses.



Entre as atividades realizadas nessa primeira fase, destaca-se a organização de reuniões de sensibilização e de seminários para divulgar o Programa entre os gestores locais e as mulheres que fazem parte do público prioritário.

A presença nos seminários foi pré-requisito para que as mulheres pudessem participar dos cursos de capacitação oferecidos pelo Sebrae/RJ e Banco da Mulher/RJ. A participação do Núcleo Trabalho e Contemporaneidade da UFRJ traduziu-se na realização de pesquisa para analisar a estrutura da motivação das mulheres para agir de forma empreendedora. A pesquisa foi aplicada nos cursos oferecidos. Produtos do projeto nessa fase de implantação foram, entre outros, o relatório “Inserção Feminina no Mercado do Trabalho: uma abordagem a partir de indicadores selecionados para o Estado do Rio de Janeiro”, que traça perfil da situação das mulheres neste estado quanto aos aspectos demográficos, de instrução e quanto à sua inserção no mercado de trabalho; banco de dados “A condição feminina no Estado do Rio de Janeiro: dados desagregados por município”; e organização de cadastro de contatos para a constituição de rede de ações, com vistas ao apoio ao Programa.

Projetos de fortalecimento da capacidade de gestão pública

Reestruturação administrativa

Como todo sistema, as estruturas administrativas também precisam de atualização para responder às transformações dos fatores que com estas interagem, ou para criar condições favoráveis para transformações futuras.

Reestruturação é o nome que se dá à análise e ao re-ordenamento de estruturas administrativas, com a definição de competências e atribuições de órgãos e dirigentes, visando adequá-las ao desempenho de suas finalidades, face às demandas da população e aos objetivos e programas de ação governamental. É dos trabalhos mais freqüentemente solicitados para assessoria técnica do IBAM, e pode ter por objeto órgãos e entidades municipais, como Prefeituras, Câmaras, autarquias, fundações e empresas, além de órgãos de outras esferas de governo.

Um dos projetos de reestruturação administrativa desenvolvidos foi o do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, instituição pública federal, do Ministério da Ciência e Tecnologia, sediada no Rio de Janeiro. O MAST é instituição acadêmica que trabalha com a história da ciência e da tecnologia do Brasil, e tem como finalidade promover, estudar e divulgar a educação em ciências e preservar acervos documentais e museológicos.



O objetivo do projeto foi a reestruturação organizacional do Museu, estabelecendo processo de gestão mais adequado à sua missão e visão de futuro.

Foi elaborada proposta de nova estrutura organizacional, e respectivo Regimento Interno, definindo mecanismos de gestão e responsabilidades e buscando formalizar a discussão e proposição de novo nome para a instituição.

Outros projetos de reestruturação administrativa desenvolvidos pelo IBAM foram dedicados aos seguintes órgãos e entidades públicos: Prefeitura Municipal de Osasco (SP); Prefeitura Municipal de Barra do Turvo (SP); Prefeitura Municipal de Ourinhos (SP); Prefeitura Municipal de Catanduva (SP); Companhia Municipal de Trânsito de Cubatão (SP); Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira (MG); Câmara Municipal de Joinville (SC); Câmara Municipal de Macaé (RJ) e Câmara Municipal de Botucatu (SP).

Em todos esses casos, o IBAM adotou metodologia que compatibiliza prerrogativas de caráter político, estratégico e operacional, valorizando pessoas, processos de trabalho e informações. O conceito de modernização administrativa aqui adotado está diretamente orientado para obtenção de resultados sociais relevantes na prestação dos serviços públicos. No desenvolvimento dos trabalhos, a atuação do IBAM se pautou num processo constante de mobilização de agentes políticos e servidores, com retornos sucessivos de validação dos resultados e transparência metodológica.

Desenvolvimento institucional no Estado do Tocantins

O objeto do trabalho foi o assessoramento à Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e Assistência Técnica.

Trata-se de projeto voltado para o desenvolvimento regional do Estado, com a preocupação de promover a descentralização das atividades da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, criando unidades de planejamento localizadas em Municípios, que guardam condições de centralidade em relação ao seu entorno. O projeto, ainda em andamento, conta com recursos do Banco Mundial, e o IBAM foi escolhido para executá-lo, após licitação pública, em novembro de 2006.



A SEPLAN não contava com estrutura, equipe em quantidade suficiente e procedimentos administrativos compatíveis com o objetivo pretendido em longo prazo, que é a implantação da cultura de planejamento no governo do Estado, bem como a promoção do fortalecimento das administrações municipais. Assim, a primeira parte do projeto foi voltada para a redefinição de processos de trabalho na Secretaria. Para isso, equipe do IBAM instalou-se na capital, Palmas, para atuar de perto na preparação e execução das etapas previstas na proposta apresentada. Face à metodologia adotada, o projeto propiciou às equipes do IBAM e da SEPLAN, à medida que era desenvolvido, aumento de sua qualidade e mútuo aprendizado, a ponto de ser registrado pelas autoridades locais que a SEPLAN se sente apta a dar continuidade aos trabalhos com sua própria equipe. Para o

Instituto, que presta assessoria ao setor público por mais de meio século, quando uma organização se coloca como capacitada para realizar um projeto em seqüência a processo de consultoria externa, tem-se o melhor resultado que se pode aspirar, ou seja, os elementos – técnicos, metodológicos, comportamentais, procedimentais, entre outros – trazidos pela equipe externa foram incorporados pelo cliente que, então, pode dar continuidade ao objetivo pretendido.

Atualização da legislação tributária municipal

A atualização e modernização da legislação tributária municipal, bem como a elaboração do regulamento que a acompanha, são outros trabalhos tradicionalmente assessorados pelo IBAM ao longo de sua história.

As Prefeituras de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e Rondonópolis (MT) contrataram projetos que tiveram como produtos finais o Anteprojeto de Código Tributário, a respectiva mensagem de encaminhamento à Câmara Municipal e o Projeto de Decreto de Regulamentação do Código Tributário Municipal.

Ainda na área tributária, foi prestado à Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (RJ) assessoramento técnico na avaliação de incentivos fiscais oferecidos pelo Município, conforme estabelecido na legislação local, por meio do exame de seus impactos nos cofres municipais. Foram efetuadas recomendações às autoridades municipais para revisão da política de incentivos tributários e definição dos ajustes necessários na legislação que permita otimizar o processo decisório.

Elaboração da lei do orçamento municipal

Além da realização de seminário sobre o tema “O que os gestores devem saber sobre finanças municipais”, a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) contratou assessoria do IBAM para elaboração da lei orçamentária para 2008. O projeto teve por objetivos orientar os setores da Administração sobre os aspectos constitucionais e legais do Sistema de Orçamento Público; dar treinamento e capacitação sobre os conceitos e o novo processo orçamentário; definir procedimentos na mensuração das receitas e despesas até a consolidação da chamada peça orçamentária, tendo em vista a sua compatibilização com o PPA (Plano Plurianual) e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Recuperando interesses e direitos relativos a créditos municipais

Os projetos implementados pelo IBAM para recuperação de interesses e direitos relativos a créditos municipais têm como proposta desenvolver canal de comunicação com o contribuinte local, promovendo relacionamento que procura fazer cumprir as normas constitucionais e legais, além de constituir-se em instrumento de conscientização e educação fiscal e de valorização da cidadania – características estas intrínsecas à via de cobrança administrativa para os créditos já inscritos.

Para tanto, o IBAM se vale de uma base operacional estrategicamente localizada no Município, contendo central de atendimento, pessoal e *call center*, executando inúmeras ações que objetivam o estabelecimento de abordagem adequada aos cidadãos inscritos no cadastro de dívida ativa. Os bons resultados de tal metodologia foram verificados nos trabalhos realizados no Município paulista de Jacareí.

Sistema integrado de fiscalização

Nova linha de trabalho foi consolidada pelo Instituto na área de fiscalização e controle urbano, a partir dos trabalhos realizados nos Municípios de Piraí (RJ) e Osasco (SP).

O primeiro envolveu esforço de conceber, a partir de oficinas de trabalho e treinamento, sistema municipal de fiscalização, englobando as áreas de meio ambiente, urbanismo, vigilância sanitária e tributos.

Já em Osasco o trabalho foi desenvolvido no âmbito da reforma administrativa e elaboração do Regimento Interno (também realizados pelo IBAM), avançando para as respectivas competências, atribuições e estrutura de sistema integrado de fiscalização, envolvendo ainda a Guarda Municipal e todo o processo de licenciamento. No plano para implementação do sistema, foram definidas linhas de ações conjuntas entre as diferentes fiscalizações, integrando processos e instrumentos de trabalho.



Essa mesma metodologia subsidiou a revisão de códigos de posturas e de obras de outros Municípios.

Revisão das relações entre Prefeituras e servidores

O Município de Barra Mansa (RJ) recebeu assessoramento do IBAM em trabalhos de desenvolvimento institucional, voltados para o plano de cargos e carreiras e estatuto de servidores, para a Prefeitura, para a autarquia Superintendência de Obras e Serviços Públicos e para a Fundação de Cultura, Esporte e Lazer.

As Prefeituras de Quissamã, Paty do Alferes e São Gonçalo, também no Estado do Rio de Janeiro; Barra do Turvo, Catanduva e Cubatão, em São Paulo; Cariacica e Viana, no Espírito Santo; Rondonópolis (MT); Cristalina (GO); as Câmaras Municipais de Itabira (MG) e Botucatu (SP) e a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul receberam assessoramento do IBAM para a elaboração de diversos projetos de lei.

Tais projetos contemplam, em todos os trabalhos citados, a revisão de planos de carreiras de servidores; em alguns, também a revisão do Estatuto do Servidor e do Estatuto do Magistério, sempre com o objetivo de, além de cumprir o que determina a Constituição Federal, assegurar a possibilidade de crescimento profissional e a instituição de sistema

de avaliação de desempenho. Todos os projetos utilizaram metodologia que envolve as autoridades e servidores dos Municípios, de modo a obter efetiva participação dos interessados diretos,

No caso da Prefeitura Municipal e do Departamento de Água e Esgoto – DAE do Município de Jundiáí (SP), o assessoramento teve o objetivo de criar Plano de Lotação para os servidores dos dois órgãos públicos. O objetivo dessa ferramenta de gestão é a otimização dos recursos humanos existentes e a redistribuição de pessoal, tendo como critério suas funções e competências.

Concursos públicos

Os concursos públicos realizados pelo IBAM estão contextualizados a partir de visão de gestão estratégica, cuja finalidade não é somente selecionar os profissionais com o perfil de competências que se alinhem às expectativas institucionais, mas também subsidiar os processos de integração, capacitação, desenvolvimento e avaliação dos novos servidores. Para tanto, o concurso público deve utilizar instrumentos de avaliação construídos com base na definição do perfil exigido para o ocupante, dos conteúdos e dos campos de cobrança de conhecimentos para cada cargo, permitindo que, mediante análise geral dos resultados, obtenha-se um retrato mais fidedigno dos candidatos aprovados em relação ao padrão esperado.

O IBAM realizou cerca de 30 processos de seleção que envolveram mais de 90 mil candidatos inscritos, para as entidades listadas a seguir:

Câmara Municipal de Araraquara (SP); Departamento de Água e Esgoto de Araraquara (SP); Fundação Municipal de Saúde de Niterói (RJ); Prefeitura Municipal de Igarapava (SP); Prefeitura Municipal de Imbituba (SP)*; Prefeitura Municipal de Indaial (SC)**; Prefeitura Municipal de Osasco (SP); Prefeitura Municipal de Paracatu (MG); Prefeitura Municipal de Pilar do Sul (SP); Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra (SP); Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP); Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (SP); Câmara Municipal de Boituva (SP); Câmara Municipal de Bragança Paulista (SP); Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP)*; Prefeitura Municipal de Nuporanga (SP); Prefeitura Municipal de Praia Grande (SP)**; Prefeitura Municipal de Catanduva (SP); Prefeitura Municipal de Santos (SP); Prefeitura Municipal de São Sebastião (SP); Fundação de Saúde de Rio Claro (SP); Prefeitura Municipal de Tremembé (SP); Prefeitura Municipal de Barra do Turvo (SP).



* Foram realizados dois concursos

** Foram realizados três concursos.

Estudos e Pesquisas

A busca do conhecimento e do aprofundamento das questões está na base de todos os projetos desenvolvidos pelo IBAM, quer sejam de consultoria, de assessoramento técnico ou de capacitação. Entretanto, alguns projetos, como os descritos abaixo, são geradores de conhecimento e se constituem em grandes aliados dos gestores do setor público em geral e, mais especialmente, daqueles que lidam com as questões da esfera municipal.

Como desenvolver o turismo regional

O IBAM concluiu, em 2007, para o Ministério do Turismo, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, projeto que foi desenvolvido ao longo de 2006 e que cria soluções para a difusão dos pressupostos teóricos e da proposta operacional do Programa, cuja finalidade é promover o desenvolvimento das regiões turísticas do Brasil. O público-alvo dessa difusão é formado por gestores do setor público, empresários da área de turismo e membros de entidades da sociedade civil de cerca de 480 Municípios.

Na conclusão do projeto, três novas ferramentas de difusão foram entregues ao Ministério: quatro documentos técnicos, elaborados pelo IBAM; a concepção de sistema de apoio a distância, que se utilize de meios digitais para prestar informações e assessoria a 300 participantes engajados nos processos de regionalização do turismo e um conjunto de cartilhas (Cadernos do Turismo) ilustradas e redigidas em linguagem adequada aos atores sociais que integram o público-alvo, originadas da transformação de um conjunto de documentos técnicos. A coleção é composta de 13 cadernos, um para cada módulo operacional do Programa e quatro relativos a assuntos que irão subsidiar a implementação desses módulos. Além da linguagem didática, os Cadernos apresentam fontes de consulta e



glossário, com o significado de palavras que foram destacadas ao longo do texto. Coube também ao IBAM distribuir mil cópias do conjunto Cadernos do Turismo a Prefeituras, empresas do setor de turismo e entidades da sociedade civil nos cerca de 480 Municípios que integram os roteiros e regiões selecionados pelo Programa para serem incentivados.

Guia municipal de gestão de medidas socioeducativas

Produto de contrato firmado com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, esse guia, que o IBAM vinha elaborando desde 2006 e foi finalizado em setembro de 2007, versa sobre atendimento a adolescentes que cometeram atos infracionais e receberam medidas socioeducativas de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade. A responsabilidade da execução de tais medidas é do Município.

Nas quatro etapas de desenvolvimento do projeto Municipalização do Atendimento às Medidas Socioeducativas – a Construção de um Modelo de Gestão Municipal, o IBAM promoveu análise jurídica da competência municipal no atendimento socioeducativo a adolescentes em razão do cometimento de ato infracional; fez o mapeamento e a caracterização de experiências de atendimentos socioeducativos em meio aberto executadas por organismos da administração pública local que tenham recebido apoio do Governo Federal no período de 2002 a 2005; avaliou boas práticas identificadas dentre as treze experiências mapeadas. E, finalmente, elaborou o guia de recomendações para gestores intitulado *Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade*.

O projeto contou com recursos do Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP e seus resultados parciais foram apresentados em Brasília, no início de agosto, durante a realização da Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os beneficiários das ações do projeto são tanto o Governo Federal, que recebeu avaliação ampla do processo de municipalização do atendimento socioeducativo a partir da atuação dos projetos por ele apoiados financeiramente, quanto os gestores, que terão acesso a um rol de recomendações para a municipalização do atendimento para adolescentes que se enquadram no programa.

CAIXA Melhores Práticas

O programa e o respectivo prêmio – que teve, em 2007, a sua sexta edição – foram objeto de processo de avaliação e aperfeiçoamento desenvolvido pelo IBAM com vistas a consolidar sua integração institucional e o seu aproveitamento pelos quadros técnicos da CAIXA como instrumento de trabalho para assegurar a melhoria da qualidade dos projetos por ela apoiados.

Efetou-se levantamento de subsídios para avaliação interna e externa do programa por intermédio de entrevistas com vice-presidente, diretores e gerentes nacionais da empresa (cerca de 20) e consultas eletrônicas mediante aplicação de questionários dirigidos ao corpo técnico, agentes promotores e jurados. O levantamento serviu de base tanto para a elaboração de um marco analítico, quanto da proposta para aperfeiçoamento do programa.

Outra contribuição do IBAM ao aperfeiçoamento do Programa CAIXA Melhores Práticas foi a realização de três estudos de caso de práticas por ele premiadas: Projeto de

Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira (BA); Projeto Buriti-Lagoa (Campo Grande, MS) e Parque Municipal Sempre Viva (Mucugê, BA).

O IBAM já realizou 12 estudos de caso de experiências selecionadas em vários ciclos de premiação da CAIXA, que tem como objetivo aprofundar o exame do desenvolvimento do projeto realçando o impacto, as parcerias e a sustentabilidade, de maneira a torná-lo mais facilmente replicável.

Participação em Eventos Nacionais

No ano objeto deste Relatório os dirigentes e técnicos do IBAM participaram de expressivo número de eventos no Brasil, conforme descrito a seguir:

Seminário Internacional Federalismo e Desenvolvimento, promovido em maio pela Associação Brasileira de Municípios – ABM e pelo Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – ILPES, em Brasília, com o objetivo de discutir temas e experiências internacionais relacionadas aos desafios da democracia e do desenvolvimento sustentável.

Esse seminário serviu de cenário a dois acontecimentos importantes para o IBAM. O primeiro foi a assinatura de termo de cooperação entre o Instituto e a organizadora do evento, ABM, com quem o IBAM mantém fortes laços desde a sua criação. O termo de cooperação visa a promover esforços conjuntos em defesa dos interesses dos Municípios, por meio da participação em atividades que busquem esse objetivo.

O segundo foi a cerimônia de entrega do Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica, patrocinado pela ELETROBRÁS, no âmbito do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, em parceria com o IBAM. Os assessores técnicos Luciana Hamada, Luiz Felipe Lacerda Pacheco, Adriano Pascoal e Rodrigo Oliveira Leite organizaram a cerimônia de entrega do Prêmio e divulgaram o trabalho da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica – RCE no estande da ELETROBRÁS-PROCEL.

O seminário teve a presença de Ministros de Estado, autoridades federais e estaduais, Prefeitos, Vereadores, especialistas e outros interessados nas questões municipais. O Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, participou da sessão de abertura e de mesas técnicas, e o assessor técnico François Bremaecker proferiu palestra sobre pacto federativo e democracia.

Primeiro Workshop Comunidade de Práticas Municipais, em junho, promoção do Banco Mundial realizada nas instalações em Brasília da Escola de Administração Fazendária – ESAF do Ministério da Fazenda. Estiveram presentes o Superintendente Geral, Paulo Timm, e a assessora para projetos especiais, Mara Biasi Ferrari Pinto, que integrou a mesa do painel que discutiu o tema “Desenvolvendo um programa de aprendizagem municipal”. O assessor técnico Victor Zveibil participou como moderador e responsável, juntamente com o assessor técnico Gil Soares, pela elaboração de relatório-síntese dos trabalhos.

Seminário Internacional O Papel das Cidades no Desenvolvimento Econômico Nacional, também promovido pela ESAF com apoio do Banco Mundial, do IPEA e dos Ministérios

das Cidades e da Integração Nacional. Esse evento constou de palestras, painéis e mesas técnicas, sob a responsabilidade de especialistas das diversas entidades organizadoras, bem como do IBAM, cuja Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Ana Lúcia Nadalutti La Rovere, discorreu sobre o tema “A implementação do PAC: quais os requisitos necessários?”. O representante do IBAM em Brasília, Ricardo Lima, coordenou a mesa que tratou de finanças e avaliação de desempenho das cidades brasileiras.

Fórum Global sobre Governança – Modernizando o Governo: Estratégias e Ferramentas para a Mudança, promovido em outubro pelo Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo DFID. O Superintendente Geral compareceu representando o Instituto.

I Painel sobre Autonomia Municipal – Grandes Cidades: uma nova esfera da federação, iniciativa do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCM, em junho, teve a participação de Mara Biasi, com exposição sobre questões municipais.

II Painel sobre Autonomia Municipal: Reforma Política e Poder Local, também promovido pelo TCM. Mara Biasi e François Bremaecker foram expositora e debatedor no painel sobre o pacto federativo.

III Congreso Latinoamericano de Ciudades y Gobiernos Locales – Experiencia América, em julho, promoção da Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais – FLACMA e da Confederação Nacional de Municípios – CNM. A assessora para projetos especiais representou o IBAM, participando das plenárias, foros abertos e sessões do evento, realizado em Florianópolis (SC), em julho.

I Encontro de Cidades Integradas do Mercosul, promovido pela ABM e pelo Instituto Latinoamerica, em novembro, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. François Bremaecker fez palestra sobre o pacto federativo e Mara Biasi participou de mesas e debates.

Diálogos Ambientais para o Rio – Protocolo de Cooperação sobre o Programa do Rio de Janeiro de Redução de Emissões, promoção do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em março. Ana Lúcia Nadalutti La Rovere participou do evento, que teve por objetivo a busca do diálogo com a sociedade civil sobre a incorporação da variável ambiental nos processos de desenvolvimento, bem como os desafios a serem assumidos frente ao atual quadro de mudanças climáticas globais.

Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – Panorama e Perspectivas, promovido pelo governo fluminense, em maio, para marcar o início da ação governamental na implementação do Arco Metropolitano. A assessora para assuntos internacionais do IBAM, Marlene Fernandes, proferiu a palestra Aspectos Institucionais na mesa sobre Gestão e Financiamento das Ações de Governo no Arco Metropolitano: Problemas e Soluções. A Superintendente da DUMA também compareceu ao encontro, representando o Instituto.

Como os investimentos previstos para o Arco Metropolitano são de grande repercussão sobre o desenvolvimento do Estado, e terão forte impacto no conjunto de Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o governo estadual optou por elaborar um Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento para o Arco Metropolitano, instituindo a Unidade Gestora do Projeto (UGP), responsável pela elaboração desse plano. A UGP realizou reuniões com empresas e ONGs com o intuito de receber contribuições para orientar a elaboração do Plano Diretor. A Superintendente da DUMA e os assessores técnicos Adriana Nascentes, Alberto Lopes e Nídia de Rabi participaram de duas dessas reuniões, em 9 e 16 de outubro.

4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, workshop realizado em outubro sobre oportunidades e mitigação, promovido pela Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro e o IPCC. O objetivo foi discutir o conteúdo do *Relatório* e preparar documento final apresentado na 13ª Conferência das Partes (COP 13) em Bali, em dezembro. Ana Lúcia La Rovere participou da discussão e o assessor técnico Ricardo Voivodic participou do Seminário Rio Próximos 100 anos – A Cidade Contra o Aquecimento Global, também em outubro, sobre o mesmo tema.

Seminário Recursos Hídricos no Meio Ambiente Urbano: integração dos sistemas, promovido pela Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SNRHAU, do Ministério do Meio Ambiente, em novembro, quando a Superintendente da DUMA proferiu palestra. No mesmo evento, o assessor técnico Victor Zveibil fez a coordenação da mesa Gestão da Água no Espaço Urbano.

I Seminário de Sustentabilidade Urbana do Leste Fluminense, promovido pelo Consórcio Leste Fluminense – CONLESTE/CLIN/Prefeitura Municipal de Niterói, em novembro, onde Victor Zveibil foi moderador na mesa sobre Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos. Coordenou ainda outras duas mesas.

Seminário Nacional da ReCESA – Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica, em dezembro, promovido pelo Ministério das Cidades e MEC, cabendo a Victor Zveibil representar o IBAM como membro do Conselho da ReCESA.

Solenidade promovida pela CELESC S.A. para entrega dos 50 Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica aos Municípios participantes do projeto, em seu edifício sede em Florianópolis (SC), em dezembro. Juntamente com o assessor técnico Luis Felipe Lacerda Pacheco, Victor Zveibil representou o IBAM.

I Seminário Construção Civil e Sustentabilidade, promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Rio de Janeiro, em novembro. Ana Lúcia Nadalutti La Rovere foi moderadora do painel Rumo à Sustentabilidade na Construção Civil. O objetivo do evento foi reunir no Rio de Janeiro especialistas nacionais e um *expert* estrangeiro para discutir e qualificar os parâmetros e estratégias de implantação do conceito Construção Civil e Sustentabilidade.

24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, em Belo Horizonte (MG), em setembro. A Diretora da Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur, Tereza Cristina Baratta, foi debatedora da mesa redonda Controle e Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética, onde falou sobre a experiência e os resultados do curso de ensino a distância realizado pelo IBAM em 2006, intitulado Gestão Eficiente em Água e Energia Elétrica em Saneamento.

Seminário Nacional sobre o Tratamento das Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições ao Parcelamento do Solo – APPURBANA 2007, em São Paulo (SP), no mês de setembro. O assessor técnico Henrique Barandier apresentou o trabalho *A Abordagem da Relação Cidade-Rio no Plano Diretor de Santo Antônio de Pádua – RJ* (autores: Henrique Barandier e Miriam Fontenelle).

Seminário de Avaliação de Experiências em Planos Diretores Participativos e de Regularização Fundiária, apoiado pelo IBAM e pelo Ministério das Cidades, em Blumenau (SC), em outubro. Palestra na mesa-redonda “Regularização Fundiária, democratizando o acesso à terra” foi proferida por Henrique Barandier.

Curso de Extensão Profissional – Recuperação de Mais-Valias Fundiárias Urbanas na América Latina: Gestão Social da Valorização da Terra – o caso do Brasil em perspectiva, promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy (LILP) entre 19 e 23 de novembro, em Salvador (BA). Os assessores técnicos Rosane Biasotto e Henrique Barandier tiveram participação.

Comissão Julgadora do Concurso Público Nacional para o Anteprojeto de Urbanização de Paisagismo do Campus do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – Campus ON-MAST – Rio de Janeiro, organizado pelo Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ. Integrou a referida comissão o assessor técnico Henrique Barandier. O Plano Diretor do Campus ON-MAST foi elaborado pelo IBAM, em 2005, com coordenação do mesmo técnico e o concurso é desdobramento do Plano Diretor.

Seminário Regularização Fundiária e Urbanística e Integração de Políticas Sociais, realizado no Rio de Janeiro, em junho, para discutir o papel estratégico e transformador que processos de regularização fundiária e urbanística podem desempenhar em áreas de exclusão socioterritorial. Henrique Barandier, Rosane Biasotto e o assessor jurídico Eduardo Domingues estiveram presentes.

VIII Conferência das Cidades promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, pelo Ministério das Cidades e pelo Lincoln Institute of Land Policy em Brasília, em outubro. O IBAM foi representado por Rosane Biasotto.

3ª Conferência das Cidades, promovida pelo Ministério das Cidades. A mesma assessora técnica esteve representando o IBAM como delegada indicada pelo Fórum da Reforma Urbana para o segmento ONG. A Conferência foi realizada em novembro.

Ciclo de Seminários para Vereadores, promovido pela Associação Brasileira de Câmaras Municipais – ABRACAM. Nos dois eventos, em Vitória (ES) e em Salvador (BA), em outubro e dezembro, o assessor técnico François Bremaecker proferiu palestras sobre o futuro dos Municípios.

Capacitando Vereadores do Médio Paraíba, promovido, em 27 de junho, pela Associação de Vereadores do Médio Paraíba – AVEMP, em Valença (RJ). Juntamente com o consultor da Superintendência Geral, Marcos Flávio R. Gonçalves, François Bremaecker participou do evento.

CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, em 21 de março, em Salvador. A assessora técnica Márcia Costa Alves da Silva participou como palestrante.

I Fórum Estadual da Habitação Social. O evento, promovido pela CAIXA, com o apoio do Ministério das Cidades e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, teve o objetivo de proporcionar a troca de experiências entre secretarias municipais de habitação e outros órgãos, bem como transmitir aos participantes informações sobre a obtenção de recursos junto ao Governo Federal. O assessor técnico Alberto Costa Lopes proferiu a palestra Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, em junho.

Palestra sobre Responsabilidade dos Agentes Políticos. Proferida pelo assessor jurídico Marcos Paulo Marques Araújo, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, em 27 de setembro.

Seminário Latino Americano sobre Políticas Públicas de Eficiência Energética em Motores e Refrigeradores promovido no Rio de Janeiro, em novembro, pelo Ministério de Minas e Energia, ELETROBRÁS-PROCEL, o CEPEL e a International Copper Association Ltda. – ICA com o objetivo de desenvolver estratégias para o fortalecimento do intercâmbio de experiência de eficiência energética visando à sinergia de ações entre países da América Latina. A assessora técnica Luciana Hamada representou o IBAM.

Ao longo de 2007, o coordenador do CEIF, Heraldo da Costa Reis, participou de *Comissões formadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional* para o estudo da harmonização das contas públicas no âmbito internacional.

Atuação Internacional

O IBAM deu continuidade ao desenvolvimento de ações e projetos em atendimento à demanda de seus clientes e parceiros regionais e internacionais. Essas atividades abrangeram diversos temas pertinentes aos governos locais – entre eles, planejamento e gestão local; desenvolvimento econômico e social; gestão ambiental; gerenciamento de recursos sólidos e mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL).

Ao longo do ano, dirigentes e técnicos do IBAM participaram em 12 eventos internacionais, realizados no Brasil e no exterior, atuando como palestrantes, moderadores e debatedores sobre temas de sua especialidade.

Resíduos sólidos em três cidades latino-americanas

Dando seqüência à difusão da metodologia de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – GIRS proposta pelo IBAM em dezenas de trabalhos realizados nos últimos cinco anos, no Brasil e no exterior, foram desenvolvidos mais três exemplos de sua aplicação. O projeto, denominado “Tutoría Especializada para Preparación de Plano de Gestión Integrada de Residuos Sólidos Urbanos para as cidades de Assunção (Paraguai), Arequipa (Peru) e Moreno (Argentina)”, é um desdobramento do “Curso de Entrenamiento para Técnicos Municipales sobre Manejo Integrado de Residuos Sólidos Urbanos en Ciudades de America Latina y el Caribe”, que o IBAM realizou em sua sede, em dezembro de 2005, com apoio do Centro Internacional de Desarrollo – IDRC.



Além de visitas técnicas e atividades de capacitação realizadas nas três cidades, foi implantada tutoria a distância para dar apoio à elaboração do Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos, do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Estudos de Viabilidade para implementação de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, aplicados aos resíduos sólidos. É importante destacar que todos esses instrumentos de GIRS trazem integradas ações de MDL, especialmente recursos para a captura de gases causadores do efeito estufa nos aterros sanitários que deverão ser implantados.

Moçambique e a gestão ambiental urbana

Em nova e cada vez mais complexa etapa da gestão do meio ambiente em suas cidades, o Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Urbanas do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique contratou o assessoramento técnico do IBAM para projeto que se desdobra em duas faces: apoio à Gestão de Resíduos Sólidos em Nampula, Nacala, Montepuez e Pemba e elaboração de Relatório do Estado do Ambiente em três Centros Urbanos do Norte do país.

O primeiro desdobramento correspondeu à avaliação do grau de implementação dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com ênfase nos aspectos de controle operacional e financeiro visando à sustentabilidade dos sistemas de limpeza urbana.

O assessoramento na elaboração do relatório, mediante repasse da metodologia de elaboração do Relatório Geocidades e da experiência de sua aplicação em Municípios, apoio técnico e revisão crítica dos trabalhos já efetuados e análise de informações levantadas e compiladas. Foi ainda redigida a estrutura do relatório nas cidades de Pemba, Ilha de Moçambique e Nampula e do roteiro metodológico para elaboração de relatórios do estado do meio ambiente para as demais áreas urbanas de Moçambique.

Necessidades de capacitação de Municípios da América Latina e Caribe

O IBAM deu continuidade ao projeto que desenvolve desde o ano anterior e cujo objetivo é conhecer as necessidades e demandas de capacitação das autoridades governamentais de Municípios latino-americanos e caribenhos com vistas à implementação de programas sociais e de gestão local no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os ODM, como são conhecidos, referem-se às áreas de educação e saúde públicas, igualdade de gênero e inclusão social, meio ambiente, saneamento, urbanização de assentamentos informais e cooperação internacional. Nesse projeto o IBAM tem a cooperação do Escritório do UN-Habitat para a América Latina e o Caribe – ROLAC. Dentre as várias atividades desenvolvidas, que culminaram com a obtenção de dados e informações sobre as necessidades e demandas de capacitação das autoridades locais latino-americanas, podem ser citadas: elaboração do questionário a ser aplicado; contratação do sistema de levantamento e processamento de dados; aplicação dos questionários eletrônicos; processamento e análise das respostas obtidas; e recomendações para a montagem do programa regional de capacitação.

Integração regional Brasil/Bolívia

Projeto com características bastante inovadoras, que busca promover o desenvolvimento local em área de influência binacional, teve importantes desdobramentos. Trata-se do “Programa de Desarrollo e Integración Laboratório de Frontera (Guayaramerín / Guajará-Mirim)”, cujas atividades foram iniciadas em 2006. O IBAM conta com a parceria da

ONG Boliviana GNTP (Grupo Nacional de Trabajo Participativo) e o apoio das representações do órgão de cooperação britânica – DFID Brasil e Países Andinos.

Nesse segundo ano do projeto foram realizadas, entre outras atividades, uma Feira Binacional de Produtos Agrícolas e Artesanais; um Seminário de Integração Regional, com participação de outros Municípios de fronteira, como Porto Velho e Riberalta; a emissão de programas de sensibilização para o projeto e de programas educativos em âmbito binacional (Rádio, TV e jornais regionais – Brasil/Bolívia). Houve ainda a coordenação e avaliação de cinco grupos de trabalho nas áreas setoriais visadas pelo projeto: educação, turismo, meio ambiente, temas sociais e organizações produtivas.

Programa Melhores Práticas e Lideranças Locais do UN-Habitat

O IBAM é membro do Comitê Diretor do projeto Best Practices and Local Leadership e do Fórum Ibero-americano e do Caribe Melhores Práticas, iniciativas do Programa UN-Habitat, e desde 1996 vem trabalhando – em âmbito nacional, regional e internacional – no estudo, documentação, disseminação e transferência de boas práticas de gestão local, conforme descrito a seguir.

Prêmio Internacional de Dubai

A cerimônia de entrega do Prêmio Internacional Dubai de Melhores Práticas de 2006, realizada nos dias 27 e 28 de março de 2007, contou com a presença da então Superintendente Geral do IBAM, Mara Biasi Ferrari Pinto, e da Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – UN-Habitat , Anna Tibaijuka.

Foram premiadas 12 experiências dos seguintes países: Palestina, Colômbia, Peru, Filipinas, Espanha, Holanda, Ruanda, Índia, Burkina Faso, Vietnã, Camarões e Brasil. A experiência brasileira premiada foi o projeto Rede Jovem e Cidadania, desenvolvido pela Associação Imagem Comunitária de Belo Horizonte (MG), que mereceu um dos dois prêmios especiais oferecidos, pela primeira vez, a práticas que demonstraram alta possibilidade de transferência das lições aprendidas.



Prêmio Dubai/Edição 2008

Como vem ocorrendo desde a primeira edição, onze anos atrás, do Prêmio Internacional Dubai de Melhores Práticas, o IBAM foi contratado pela Municipalidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos, para publicar e distribuir a versão em português do Guia de Inscrição e Formulários de Apresentação de Projetos para o referido prêmio. O objetivo é divulgar o Prêmio no Brasil, mobilizar os gestores a concorrerem à premiação e facilitar o preenchimento do formulário de inscrição.

O Guia foi atualizado e distribuídos 5.000 exemplares para Prefeituras e instituições parceiras que participam das melhores práticas de gestão local. A expectativa em relação ao Guia é a de que proporcione o aumento do número e da qualidade da participação brasileira no Prêmio.

Fórum Ibero-americano e do Caribe Melhores Práticas

Também no âmbito do Programa Melhores Práticas, destaca-se a participação do IBAM no Fórum Iberoamericano e do Caribe Melhores Práticas 2006/2007. Foram desenvolvidas atividades constantes do Plano de Ação do Fórum aprovado em dezembro de 2006, que contribuem para a melhoria das condições de vida dos pobres e sua inclusão social e econômica.

Entre os resultados apresentados pelo IBAM, encontram-se a promoção do Prêmio Dubai 2006, resultando na ampliação do número e da qualidade de boas práticas brasileiras inscritas, classificadas e incluídas no banco de dados mantido pelo Programa, sendo duas premiadas, e a elaboração de documento temático regional sobre desenvolvimento econômico local, incluído na série Aprendendo com as Inovações, publicada pelo Fórum, e do Estudo de Caso Rio das Flores – Programa Município Sustentável: soluções para o desenvolvimento local.

O IBAM teve ainda participação no Primeiro Encontro Ibero-americano de Boas Práticas Urbanas – Um Futuro para Nossas Cidades, promovido pelo Ministério de Habitação do Governo da Espanha e pelo UN-Habitat (Madrid, junho de 2007).

Ações internacionais na sede do IBAM

Banco Mundial visita o IBAM

A Coordenadora de Operações Setoriais do Banco Mundial/BIRD no Brasil, Jennifer Sara, veio à sede do IBAM com a finalidade de conhecer de perto a atuação do Instituto junto aos Municípios brasileiros e discutir a possibilidade de sua participação nos projetos urbanos financiados pelo Banco Mundial diretamente às Prefeituras.

A representante do BIRD fez relato sumário dos projetos, com ênfase no trabalho que vem sendo realizado num conjunto de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Tais projetos visam fortalecer a competitividade das cidades, as finanças municipais e a provisão de serviços urbanos, questões abordadas no documento do Banco Mundial intitulado Insumos para uma Estratégia de Cidades – Uma Contribuição com Foco nas Cidades e Municípios, elaborado em novembro de 2006.

Reunião com representante do Cities Alliance no Brasil

O IBAM recebeu a visita do coordenador do Escritório do Cities Alliance no Brasil, sediado na cidade de São Paulo, Giorgio Romano Schutte, que apresentou as atividades e projetos

em andamento e programadas, bem como as mudanças de caráter institucional e administrativas por ele empreendidas e previstas.

Foram discutidas as perspectivas de colaboração mútua, tendo o visitante estimulado o IBAM a submeter proposta ao Cities Alliance visando obter apoio financeiro para o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas.

IBAM recebe visita de representante do IDRC

O Controlador Regional do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional – IDRC para a América Latina e o Caribe, Shaun Bona, esteve no IBAM para visita cujo principal objetivo foi a avaliação do Projeto “Tutoria Especializada para la Preparación de Plan de Gestión Integrada de Residuos Sólidos Urbanos”, em fase de execução.

Além disso, foram avaliados os sistemas administrativo e financeiro utilizados pelo IBAM, relacionados ao controle interno, segregação de responsabilidades e metodologias financeiras. A reunião constituiu-se em oportunidade de conhecer melhor os campos de atuação do IDRC e, principalmente, de expor a estrutura e a forma de trabalho do IBAM.

Representante da Agência Francesa de Desenvolvimento

O IBAM também recebeu a visita de Xavier Hoang, da Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, acompanhado do Adido para Assuntos Econômicos da Embaixada da França no Brasil, Eric Farcette.

O representante da AFD fez mapeamento de áreas de atuação da Agência relacionadas com o desenvolvimento municipal no Brasil. Em países emergentes, as prioridades voltam-se para eficiência energética, mudanças climáticas, transporte urbano e biodiversidade. Os visitantes foram informados a respeito da metodologia e dos principais trabalhos desenvolvidos pelo Instituto, especialmente nos campos da eficiência energética e da mobilidade urbana.

Viagem de estudos de delegação da China ao Brasil

Delegação de 14 representantes de governos – central e provincial – e de universidades da República Popular da China empreendeu viagem de estudos ao Brasil e ao Peru, com a finalidade de conhecer e trocar informações sobre projetos de desenvolvimento sustentável nesses países.

No Brasil, foram recebidos pelo Escritório Regional do UN-Habitat para a América Latina e o Caribe, que organizou o programa de visita. Participaram do programa técnicos governamentais brasileiros das três esferas, da Petrobrás e do IBAM. A programação incluiu dois dias – 30 e 31 de janeiro – de visitas à sede do IBAM, onde foram realizadas palestras a cargo de superintendentes e assessores técnicos. As apresentações abordaram, entre outros temas, as Agendas 21 Locais.

Prefeitos e Prefeitas colombianos

De passagem pelo Rio de Janeiro, a caminho de Florianópolis (SC), onde iriam participar de evento organizado pela Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais – FLACMA, delegação de cerca de 90 Prefeitos, Prefeitas e agentes públicos de municipalidades colombianas visitou o IBAM.

Foi recebida em 23 de julho com palestras a respeito do Instituto, seus objetivos, estrutura e programas que desenvolve e sobre a federação brasileira e os dilemas municipais. O grande número de perguntas formuladas pelo grupo ao final das exposições revelou o acerto da seleção de temas incluídos nas apresentações.

Participação de técnicos do IBAM em eventos internacionais

O Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, e a assessora para projetos especiais, Mara Biasi Ferrari Pinto, foram palestrantes na edição de 2007 do evento Diálogo Internacional, dedicado ao tema “The Role of Local Government Within a Developmental State” (O papel do Governo Local num País em Desenvolvimento), promovido em Bonn, Alemanha, entre 25 de fevereiro e 3 de março pela GTZ / INWENT – agências de cooperação daquele país. O encontro teve por objetivo o diálogo trilateral sobre governança local entre especialistas da África do Sul, Índia e Brasil. Os dois representantes do IBAM



discorreram, respectivamente, sobre os temas “Território, política de desenvolvimento e governo local” e “Governo municipal no Brasil: dilemas e perspectivas”.

A Diretora da Ensur/IBAM, Tereza Cristina Baratta, fez exposição em mesa de debates do Seminário “Gestión de Conocimiento y Redes de Aprendizaje” (Gestão do Conhecimento em Redes de Aprendizagem), sobre a experiência institucional do IBAM na gestão de redes. O evento, promovido pelo Programa de Aprendizagem Regional (PAR), de iniciativa da Alianza para el Impacto (AI) e do órgão da cooperação britânica DFID, foi realizado em Lima, Peru, no período de 20 a 22 de março.

O Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social do IBAM, Alexandre Carlos de Albuquerque Santos, participou em León, na Nicarágua, entre 5 e 8 de fevereiro, de reunião destinada a avaliar as ações até agora realizadas pelos sócios latino-americanos – entre os quais está a parceria IBAM/Prefeitura de Niterói – no Projeto de Redução de Desemprego Utilizando a Informática – EMPLNET. Presentes representantes da Espanha, Dinamarca, Itália, Argentina e Uruguai.

A assessora para assuntos internacionais Marlene Fernandes e o assessor técnico Carlos Alberto Arruda participaram do Primeiro Encontro Ibero-americano de Melhores Práticas Urbanas, organizado pelo Ministério da Habitação da Espanha, com a colaboração da

Oficina Regional UN-HABITAT para América Latina e Caribe – ROLAC e do Fórum Ibero-americano e do Caribe de Melhores Práticas, realizado em Madri, entre 25 e 27 de junho. Os representantes do IBAM apresentaram práticas brasileiras de gestão ambiental sustentável, de habitação e de urbanização de assentamentos informais, e moderaram um dos grupos de trabalho. O Encontro foi seguido de reunião de coordenação do Fórum, com os seus representantes em nove países – incluindo o IBAM, que representa o Brasil – para revisão das atividades realizadas em 2006 e discussão do Plano de Trabalho de 2007.

A assessora técnica Karen Segala representou o IBAM na Oficina Regional em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos realizada em Porto Alegre (RS), no período de 30 de julho a 1 de agosto. O evento foi organizado pelo International Development Research Centre – IDRC, com o objetivo de analisar e fortalecer a capacidade dos Municípios da América Latina na preparação e promoção dos Planos de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos e criar uma Rede de Cidades para esse fim. Participaram ainda representantes de instituições internacionais, como o Ministério de Itália, Red Mercociudades, División Técnica de Residuos – DIRSA/AIDIS, Asociación de Municipios de Nicaragua – AMUNIC, e representantes dos Municípios envolvidos em projetos apoiados pelo IDRC: Assunção (Paraguai), Pizco (Peru), Quito (Equador), São Leopoldo (Brasil), San Nicolas (Argentina).

Ação Cultural e Responsabilidade Social

As ações descritas neste capítulo destacam os laços que o IBAM mantém com a sociedade. O Instituto investiu bastante em seu fortalecimento: criou um segundo programa cultural voltado para público mais amplo e ávido por esse tipo de iniciativa; preparou o projeto de um terceiro, dedicado aos públicos infantil e adolescente, e já certificado pela Lei Rouanet; dobrou o número de acessos ao conteúdo, cada vez mais diversificado, da *homepage* do IBAM na Internet; reorganizou o Conselho Editorial da *Revista de Administração Municipal – Municípios*.

Música no IBAM

Cerca de 3.400 pessoas assistiram aos espetáculos promovidos pelo programa Música no IBAM, que completou 35 anos de atividades. Foram realizados, no auditório do Instituto, 39 concertos gratuitos, com o total de 102 artistas, entre os meses de março a dezembro, nas noites de terça-feira. A distribuição de convites especiais em escolas públicas do Rio de Janeiro e a reserva de lugares para esse segmento de público aumentaram o alcance do projeto, que no início do ano foi novamente certificado pela Lei de Incentivo à Cultura (Rouanet) e teve por patrocinadores o Banco Credit Suisse e a Petrobras.

Entre os que se apresentaram nessa temporada, nomes já consagrados – como Marcus Llerena, Neti Szpilman e Eduardo Monteiro – e jovens promissores, casos de Lina Mendes, Gabriela Queiroz, Gabriel Grossi e Yuka Shimizu, entre outros, marcaram presença no palco do IBAM. Vale também destacar a vinda de artistas estrangeiros, como as pianistas Ena Bronstein e Oni Buchanan (ambas dos EUA) e a dupla Andrés Roig (piano), de Cuba, e Laudemar Rodríguez (clarineta), da Venezuela. Artistas brasileiros radicados no exterior também fizeram parte da enorme lista de talentos de Música no IBAM 2007 – caso dos pianistas Fábio Luz (Itália) e Diana Kacso (EUA).



Em outubro, quando o IBAM comemorou 55 anos de criação, foi promovida a segunda edição do Festival da Música Popular Instrumental Brasileira, grande sucesso que mais uma vez lotou o auditório e rendeu elogios ao programa. Entre os artistas que se apresentaram nesse mês estavam Paulo Sergio Santos, Victor Biglione e Mauricio Einhorn. Outros destaques foram o Festival de Jovens Pianistas e o concerto do duo internacional de violino e piano formado por Nicolas Koeckert e Kristina Miller, eventos realizados em junho e que contaram com a parceria da Dell'Arte Soluções Culturais. Outras apresentações são relacionadas a seguir:

- ▣ Bach a 4 – Flávia Franceschini (flauta), Adriano Souza (piano), Toni Botelho (contrabaixo) e Xande Figueiredo (bateria);
- ▣ Duófel – Luiz Bueno e Fernando Melo (violões);
- ▣ Nivaldo Tavares (piano);
- ▣ Grupo Vocal Boca que Usa;
- ▣ Grupo Foles – Fernando Maciel de Moura (acordeão, canto e percussões), Pedro Hasselmann Novaes (gaita de foles galega e flautas), William Monroy Bentes (gaita de foles galega e percussões) e Doriana Mendes (canto) - Danças e cantares do noroeste ibérico e do nordeste brasileiro;
- ▣ Trio Images – Cecília Guida (violino), Henrique Müller (viola) e Achille Picchi (piano);
- ▣ Grupo Pedra Lispe – Alexandre Bittencourt (flautas), Rudá Brauns (bandolim), Bruno Reis (viola caipira), Vinícius Perez (violão), Maria Clara Valle (violoncelo) e Diego Zangado (percussões);
- ▣ Mateus Ceccato (violoncelo) e Luciano Magalhães (piano);
- ▣ Aleyson Scopel (piano);
- ▣ Daniel Guedes (violino) e Ilan Rechtman (piano);
- ▣ Quarteto Radamés Gnattali – Carla Rincón (violino), João Carlos Ferreira (violino), Fernando Thebaldi (viola) e Paulo Santoro (violoncelo);
- ▣ Rodrigo Lessa (bandolim) e Gabriel Improta (violão);
- ▣ Thiago Tavares (clarineta) e Ronal Silveira (piano);
- ▣ Meirelles e os Copa 5 – J.T.Meirelles (saxofone e flauta), José Arimatéa (trompete), Fernando Merlino (piano), Adriano Giffoni (baixo acústico) e Kleber Caetano (bateria);

- ▣ Choro na Feira – Marcelo Bernardes (saxofone e clarineta), Franklin da Flauta (flautas), Bilinho Teixeira (violão), Ignez Perdigão (cavaquinho), Matias Corrêa (contrabaixo) e Clarice Magalhães (percussão);
- ▣ Eli Joory (sax e flauta), Alexandre Gismonti (violão) e Michel Maciel (violão);
- ▣ Duo Bretas-Kevorkian – Patrícia Bretas e Josiane Kevorkian (piano a 4 mãos).

Nos últimos anos, o IBAM tem trabalhado com afinco para ampliar ainda mais esse programa. Uma das atitudes neste sentido foi a criação do *IBAMBINI – um olhar musical*, que consiste na apresentação de concertos didáticos para crianças e jovens de escolas públicas próximas ao Instituto. Nesses concertos, os artistas vão conversar com os ouvintes sobre as músicas, os autores e os instrumentos, proporcionando atividade interativa e resultando em trabalho social, que apóia o desenvolvimento musical já iniciado pelas escolas. O projeto, embora ainda sem patrocinadores, também está apto a utilizar os recursos previstos pela Lei Rouanet.

IBAM Cultural

Retomando a extensão de suas atividades culturais para além dos concertos musicais – há menos de dez anos, elas envolviam também teatro infantil e exposições de arte –, o IBAM organizou projeto voltado para o incentivo a outras expressões artísticas, como a poesia e o teatro. O projeto Maratona Quintana – IBAM Cultural, que comemorou o centenário do nascimento do poeta gaúcho, é um espetáculo inspirado em temas recorrentes de sua obra e nele foram usados, de forma criativa, música, dança e vídeos. Inaugurado com apresentação no Município de Itaperuna (RJ), em 13 de julho, para público de cerca de 200 pessoas, entre estudantes do ensino médio, licenciandos do magistério e professores da rede estadual de ensino, tratou-se, para muitos, da primeira oportunidade de contato com a obra do referido poeta e até com espetáculos artísticos de modo geral.

Uma segunda apresentação, adaptada pela coreógrafa Regina Miranda, diretora do Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro foi realizada em 16 e 17 de agosto, no auditório do IBAM, com entrada franca para todos os interessados, especialmente estudantes, professores e integrantes de projetos sociais, que formaram público em torno de 400 espectadores.

Biblioteca Cleantho de Paiva Leite

A biblioteca do IBAM é especializada em administração municipal, planejamento, urbanismo, direito, finanças e outros temas que envolvem a gestão local.

Os serviços oferecidos incluem o empréstimo inter-bibliotecas, a consulta direta pelo usuário, o levantamento bibliográfico e cópia de publicações, quando autorizada sua reprodução.

Foram incorporados ao acervo, e estão disponíveis para consulta, por computador, 1.269 títulos, incluindo livros e documentos, 280 fascículos de revistas especializadas, 874 artigos de periódicos e nove capítulos de livros. No setor de multimeios, há CD-ROM e DVD à disposição dos usuários.

Intensificando a atualização do acervo, além das publicações recebidas de editores e instituições que fazem parte da política de intercâmbio, foram comprados livros de interesse para o Instituto. No setor de periódicos, foram feitas assinaturas de dez revistas, o que fez com que o acervo totalizasse em dezembro 15.568 publicações. Atendendo às boas práticas de aquisição e descarte, foram retiradas do acervo cerca de 3.400 publicações. O trabalho ainda não se encerrou, havendo significativo número de títulos a informatizar.

Seguindo as normas da ABNT e do CCAA2, foram normalizadas 1.019 referências e elaboradas dez fichas catalográficas para as publicações do IBAM.

O Arquivo Histórico e Confidencial recebeu o registro e armazenou 478 trabalhos feitos para Câmaras, Prefeituras, órgãos internacionais e outras entidades, assim como documentos sobre o IBAM (artigos de jornais, atestados, cartas elogiosas etc.). As informações catalográficas de todo o acervo estão informatizadas.

A biblioteca foi visitada por 948 usuários, incluindo funcionários, técnicos de outras instituições, pesquisadores e estudantes. O total de empréstimos foi de 2.666 itens.

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos solicitou doações de livros editados pelo IBAM, o que foi atendido.

Difusão de informações



O IBAM lançou a 32ª edição do livro A Lei 4.320 Comentada, atualizado por Heraldo da Costa Reis, e editou o segundo volume da coleção O que os gestores devem saber – Política e Gestão Tributária Municipal Eficiente, de autoria de José Rildo Medeiros Guedes, além das publicações decorrentes de projetos, destacadas neste Relatório, de manuais, relatórios de pesquisas e artigos. Para a comunicação sistemática, o IBAM mantém em circulação o Noticiário IBAM, de periodicidade mensal, principal veículo das ações do

Instituto e seu mais abrangente meio de comunicação com os Municípios; o Noticiário/ Newsletter, em meio digital, com versões em português, inglês e espanhol, distribuído para entidades em todo o mundo, e a Revista de Administração Municipal – Municípios, enviada a assinantes, entidades associadas e autoridades diversas.

A RAM foi qualificada pela CAPES/MEC como periódico científico pela área de administração pública, ciências contábeis e turismo. Isso significa que os autores de

trabalhos nela publicados recebem pontuação daquele órgão federal, valorizando seus currículos. O Conselho Editorial foi reorganizado para possibilitar a participação de pessoal técnico e acadêmico de diferentes regiões do país. Editada trimestralmente, a Revista, filiada à Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, abordou em seus artigos diversos temas de interesse da Administração Pública, em particular dos membros dos governos municipais. Destacam-se a publicação dos seguintes assuntos: desenvolvimento local, habitação, gestão municipal e transporte alternativo, que foram objeto de artigos de fundo e de entrevistas dos quatro números distribuídos.

Abaixo, as capas dos números publicados e distribuídos:



Editorial, índice e resumos dos artigos em português, espanhol e inglês passaram a ficar disponíveis a qualquer pessoa via página do IBAM, www.ibam.org.br, pasta de publicações, ou diretamente pelo endereço www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start/htm.

O ambiente virtual – agilidade na informação

Dobrou o número de acessos à homepage do IBAM (mais de 300 mil, contra 150 mil, em 2006). Seu endereço – www.ibam.org.br – é outro meio utilizado pelo Instituto para comunicação ativa e regular com Prefeitos, Vereadores, secretários e técnicos municipais, seu público mais habitual, e também estudantes e demais interessados nas questões relativas à gestão pública de modo geral. A página contém, na área aberta ao público, os trabalhos realizados pelo IBAM, publicações, notícias sobre cursos e concursos públicos, informações sobre legislação de interesse municipal, notas técnicas, estudos, boletins sobre conjuntura econômico-financeira, inflação, evolução do FPM, entre outros.

Entre os trabalhos tornados disponíveis em 2007, pode-se citar:

- ☐ Manual de Gestión Integrada de Residuos Sólidos Municipales en Ciudades de América Latina y el Caribe;
- ☐ Gênero e raça no orçamento municipal: um guia para fazer a diferença;
- ☐ Despesas e Receitas Intra-orçamentária;
- ☐ Regime de Caixa ou de Competência: eis a questão;

- ▣ Ajuste das estimativas do Fundo de Participação dos Municípios para 2008;
- ▣ O impacto do FUNDEB nas finanças dos Municípios brasileiros;
- ▣ A distribuição do ICMS em função da reforma tributária;
- ▣ Propostas de reforma tributária: interessam aos Municípios?
- ▣ Subsídios para a construção de um pacto federativo que interesse a todos os Municípios.

Também estão disponíveis boletins divulgados pelo Centro de Referência Melhores Práticas e pelo Centro de Estudos Interdisciplinares de Finanças Municipais – CEIF.

Gestão de pessoas

Na gestão de recursos humanos, o IBAM continua a praticar a igualdade de oportunidades e responsabilidades, valorizando habilidades e competência e o cumprimento estrito dos direitos de seus empregados, além de incentivar a qualificação do corpo técnico e funcional.

Os funcionários recebem benefícios espontâneos, como auxílio para assistência médica, seguro de vida em grupo e assistência odontológica, além, obviamente, daqueles obrigatórios por lei ou convenção coletiva de trabalho.

O corpo funcional congregou 120 empregados, dos quais 43 têm até 35 anos de idade, 68 têm entre 36 e 60, e nove estão acima de 60 anos. A distribuição dos cargos de chefia mostra que 66,7% estão ocupados por mulheres. Por outro lado, há 58 mulheres e 62 homens trabalhando na instituição.

Quanto ao nível de escolaridade, a distribuição é a que segue: 13 pessoas são pós-graduadas; 56 têm o nível superior; 36 completaram o nível médio e 15 têm ensino fundamental. O Instituto mantém ainda programa de estágios que colabora na formação de mão-de-obra especializada e que, no ano em causa, teve oito participantes.

À semelhança dos projetos nos quais se envolve, o IBAM valoriza o respeito aos direitos humanos e, como consequência, tem em seu quadro pessoas portadoras de deficiência, promove a integração racial e admite empregados independentemente de idade, sexo e orientação sexual.

Compromisso social

Entidade que tem a valorização da cidadania explicitada no texto que define a sua missão, o IBAM intensifica a cada ano o exercício desse compromisso. Essa tônica está presente, por exemplo, em sua diversificada carteira de projetos – concluídos e por concluir – dos quais bastaria citar dois: a criação, em parceria com a Prefeitura Municipal de Niterói

(RJ), do Telecentro EMPLNET, que proporcionou orientação profissional, aprendizado e, principalmente, inclusão digital para 7.270 pessoas; e o projeto que incentivou a criação de Grupos de Desenvolvimento Local em região do extremo sul da Bahia, onde aproximadamente 3.000 pessoas começam a receber os resultados – construção de escolas e praças, implementação de hortas comunitárias e a indispensável capacidade de dialogar com empresas e com o poder público local.



Também exemplo de compromisso social é o já mencionado programa cultural, fomentador de cultura e formador de público para espetáculos de alta qualidade artística. Paralelo a isso, o Instituto realiza outras ações específicas que priorizam demandas sociais e culturais, como a cessão de seu auditório a escolas públicas para a realização de atividades, a doação de agendas e livros para escolas municipais, bem como o estímulo a ações de voluntariado por parte de seus funcionários.

Ao desenvolver metodologias participativas na elaboração de planos diretores, assessorar projetos nas áreas de direitos humanos, meio ambiente, mudança climática, desenvolvimento econômico local e inclusão digital, por exemplo, o IBAM demonstrou, mais uma vez, seu forte compromisso com a responsabilidade social, cumprindo sua missão estatutária.

Outras ações de caráter social



O IBAM, como vem fazendo regularmente, efetuou despesas que totalizam cerca de R\$57.000,00, representadas pela doação de livros, equipamentos de informática (computadores, impressoras, copiadoras etc.), material de escritório, móveis e materiais escolares e outros itens, para escolas e bibliotecas públicas e privadas, conforme descrito no balanço do exercício.

Além disso, promoveu ações visando à inclusão social e à preservação do ambiente, também indicadas no referido balanço, e cedeu o auditório para uso de escolas do Município e do Estado, bem como para entidades de assistência social.

Política que também vem sendo praticada é a de estimular a participação dos empregados e colaboradores em campanhas visando à coleta



de sangue, gêneros alimentícios, roupas, brinquedos e outros bens, que são entregues a entidades públicas e privadas que deles necessitam para atender a seus usuários. O IBAM contribui ainda fazendo a entrega dos bens recolhidos.

No período a que se refere este Relatório, foi dado apoio à participação de seus empregados em duas campanhas de coleta de móveis, equipamentos, roupas e agasalhos para comunidades carentes localizadas na área metropolitana do Rio de Janeiro e duas campanhas para coleta de material de higiene e alimentação para o setor de Pediatria do Hospital Gaffrée Guinle, no Rio de Janeiro.

Empregados e colaboradores do IBAM em 2007

Adailton Moreira Torres	Angela Fontes
Adriana Araújo Laranjeira	Antonio Alves Torres
Adriana Nascentes	Antonio Valdeci do Prado
Adriana Vilela Montenegro Felipetto	Arlindo Inácio dos Santos
Adriano Cláudio Pereira Pascoal	Augusto Haddock Lobo
Afrânio de Oliveira Silva	Beatriz Fogaça Costa
Airton Sampaio Gomes	Bernardo Barreto Vettorazzi
Alberto Costa Lopes	Bernardo Mercante Marques
Alcir Pacheco do Nascimento	Bruno de Menezes Perdigão
Alex da Silva Gomes	Carla Rodrigues Gadelha
Alexandre Carlos de Albuquerque Santos	Carlos Alberto da Silva Arruda
Alice Amorim Belém	Carlos Henrique da Fonseca
Alice Maria Moraes dos Santos	Carlos Henrique da Fonseca Filho
Almir Fernandes	Caroline Bloise
Ana Kelly Rosa de Jesus	Cláudia Costa Marques d'Oliveira
Ana Lucia Nadalutti La Rovere	Cláudia de Souza Duarte
Ana Luiza Andreoli Chilanti	Cláudia Pedreira do Couto Ferraz
Ana Paula Moraes Salomão	Cláudio Mesniki
Ana Paula Gomes da Silva	Creano Soares da Silva
André Gonçalves Caldeira Brant	Cristiane Figueiredo Cabral Lacerda
Andrea Pitanguy de Romani	Cristina Lontra Nacif
Andréia Belmiro de Oliveira	Daniela Santoro Amin

Deise Mere Marins Magalhães	Helir Paulo Figueira de Barros Juni
Delaine Martins Costa	Henrique Gaspar Barandier
Deoclides Juvino	Heraldo da Costa Reis
Diego dos Santos Souza	Hérculis Pereira Toledo
Dora Apelbaum	Horácio Augusto M. de Souza
Eder Lucas dos Santos	Ibson da Silva Ribeiro
Eduardo Garcia R. Lopes Domingues	Italo Alves
Eliana Santos Junqueira de Andrade	Ivanilde Moraes
Eliezer Correa Gonçalves	Jacqueline Reis Ferreira de Holanda
Érico Lopes de Souza	João Vicente Marques Laguens
Evanelza Mesquita Sabino Quadros	José Augusto de Queiroz Pragner
Fabiana do Couto Tavares Meireles	José Maria Mesquita Júnior
Fabiani Oliveira de Medeiros	José Rildo Medeiros Guedes
Fernanda Martins Coelho de Almeida	Júlio Cesar Barbosa Pinheiro
Fernando Augusto Prado Guilhon	Karin Schipper Segala
Fernando Fortunato de Castro	Kátia C. dos Anjos G. Silva
Flávia da Silva Lopes	Kátia Regina da Silveira Lima
François Bremaeker	Leila Cerqueira Fragoso
Franklin Mendonça da Silva	Letícia de Souza Ferreira
Gil Soares Júnior	Louise Lima Storni Rocha
Gláucio Luiz Alves Senna	Luciana Hamada
Gleice Maria Mattos de V. Luz	Lúcio José Barbosa Aires
Glória Maria dos Santos Rodrigues	Luís Carlos Vidal Gomes
Graziela Duarte Beltrami	Luiz Cláudio Ferreira da Silva
Gustavo da Costa F. Moura dos Santos	Luiz Felipe Lacerda Pacheco

Madalena C. Nepomuceno	Maurício Fonseca da Costa Dourado
Mara Biasi Ferrari Pinto	Mauro César da Silva Junior
Márcia Caldas Pitrowsky	Miguel Ferreira Araújo
Márcia Costa Alves da Silva	Mônica de Oliveira Lima
Márcia Novo Bartoli	Nelson Chalfun Momys
Mario Saad	Nídia Ines Albesa de Rabi
Marcos de Moraes Villela	Nilton de Almeida Rocha
Marcos Flávio R. Gonçalves	Octávio da Costa Gomes
Marcos Paulo Marques Araújo	Oswaldo Francisco Marques
Marcos Roberto Pinto	Patrícia Azevedo de Oliveira
Marcus Alonso Ribeiro Neves	Patrícia Ribeiro Leite
Maria Cláudia Ajuz Goulart	Paulo Felício
Maria Cristina Gonçalves de Souza	Paulo Timm
Maria Cristina Lima Verde Pereira	Pedro Jensen Cerri Costa
Maria da Graça R. das Neves	Pedro Ivo Leôncio Suzano
Maria de Fátima A. M. Cazumba	Pedro Ninô de Carvalho
Maria de Fátima Pinto Fernandes	Pedro Nogueira G. Diogo
Maria Gabriela Abreu Maia Lopes	Priscylla dos Santos Freiria Lopes
Maria José Marques Cavalcanti	Rachel Farhi
Maria Luíza Korenchandler	Rafaela da Silva Franco
Maria Paula G. Iysabdro Albernaz	Ricardo Augusto de Almeida Voivodic
Maria Teresa Silveira Peixoto	Ricardo Cesar Figueiredo de Moraes
Mário Celso Martins Tourinho	Ricardo Diniz Dryswiacki
Marlene Allan de Souza Fernandes	Ricardo Roberto de Araújo Lima
	Rita de Cássia Almeida

Riva Fineberg	Shirlene Tavares Garcia de Almeida
Roberto da Silva Gonçalves	Sidnei Lúcio Kling
Robson Melo dos Santos	Sidney Alves Pereira
Rodrigo Cunha Neto da Fonseca	Simone Verdade de Carvalho
Rodrigo de Oliveira Leite	Telma Régia do Vale Sales
Rodrigo Marchesini	Tereza Cristina Barwick Baratta
Rodrigo Tavares de Oliveira	Thiago de Oliveira
Romay Conde Garcia	Ubirajara José Ferreira Filho
Rosa Maria Ramalho Massena	Valdemir Antenor de Souza
Rosane Coreixas Biasotto	Vera Lúcia de Melo
Roseane Paiva da Silva	Victor dos Santos Fernandes Ferreira
Rosimere de Souza	Victor Zveibil
Rusifarney Chamarelli Santos	Vílnia Batista de Lira
Sandra da Silva Martins	Virgínia Arantes
Sandra Pereira Mager	Vivianne Coura Ribeiro
Selma Rodrigues	Wagner Patrício de Arruda
Sérgio Deluiz	Wilson Ferreira da Silva Júnior
Severino Gomes de Andrade	Zaide da Silveira

Organograma do IBAM



Resultados Financeiros



BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	ATIVO		PASSIVO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE	9.505.698,85	13.879.611,07	5.048.642,50	5.559.921,24
DISPONIBILIDADES	705.742,98	207.723,91	613.946,84	534.594,11
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	55,00	47,01	289.863,00	243.134,18
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	188.526,14	112.332,81	84.352,74	65.011,58
CONTAS A RECEBER	4.658.360,29	6.073.705,02	111.516,67	72.291,19
Convênios e Contratos	4.490.331,29	6.016.724,44	22.386,65	59.672,07
Créditos de Liquidação Duvidosa	(44.719,50)	(44.719,50)	139.633,87	52.792,61
Contas a Receber - Outras	212.748,50	101.700,08	2.581.151,82	1.467.090,08
PROJETOS EM EXECUÇÃO	3.860.301,00	7.422.266,69	517.925,76	540.690,66
Convênios e Contratos	3.860.301,00	7.422.266,69	687.865,15	2.524.644,76
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	19.320,05	13.220,05		
ESTOQUES	61.013,97	25.813,99		
DESPESAS ANTECIPADAS	12.379,42	24.501,59		
PERMANENTE	5.850.144,80	5.980.279,48	3.860.301,00	7.422.266,69
INVESTIMENTOS	51.737,07	38.003,55	3.860.301,00	7.422.266,69
IMOBILIZADO	5.798.407,73	5.942.275,93	3.860.301,00	7.422.266,69
Imóveis, Equipam. e Instalações	6.555.938,11	6.550.998,11		
Móveis, Veículos e outras imobilizações	639.551,76	603.666,17		
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(1.397.082,14)	(1.212.388,35)		
TOTAL DO ATIVO	15.355.843,65	19.859.890,55	15.355.843,65	19.859.890,55
COMPENSAÇÃO	10.458.309,14	10.575.203,85	10.458.309,14	10.575.203,85
SEGUROS-GARANTIA DE CONTRATOS	44.746,97	44.746,97		
CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	743.683,53	743.683,53		
SEGUROS	7.580.480,00	7.580.480,00		
CONSIGNAÇÕES	1.227,10	2.251,00		
CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS (ISENÇÕES)	2.012.939,54	2.128.810,35		
CLIENTES	75.232,00	75.232,00		
TOTAL GERAL DO ATIVO	25.814.152,79	30.435.094,40	25.814.152,79	30.435.094,40
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS			3.860.301,00	7.422.266,69
RECEITAS DIFERIDAS			3.860.301,00	7.422.266,69
Convênios e Contratos				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			6.446.900,15	6.877.702,62
PATRIMÔNIO SOCIAL			1.111.176,51	359.787,25
RESERVA DE REAVALIAÇÃO DO ATIVO			5.766.526,11	5.766.526,11
DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO			(430.802,47)	751.389,26
TOTAL DO PASSIVO	15.355.843,65	19.859.890,55	15.355.843,65	19.859.890,55

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	dez/07	dez/06
RECEITAS OPERACIONAIS	17.776.560,78	20.036.885,19
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	17.776.560,78	20.036.885,19
Convênios/Contratos e Outros	17.215.191,66	19.455.467,84
Cursos e Seminários	411.369,12	492.385,08
Atividades Culturais	150.000,00	89.032,27
CUSTOS DOS PROJETOS	(14.403.167,63)	(16.294.087,33)
PROJETOS FILANTRÓPICOS	(3.853.651,34)	(4.300.786,42)
OUTROS PROJETOS	(10.549.516,29)	(11.993.300,91)
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.381.576,04)	(3.608.015,54)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	(4.381.576,04)	(3.608.015,54)
Pessoal	(1.173.441,60)	(965.732,47)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(750.936,48)	(506.673,65)
Serviços de Terceiros	(554.568,44)	(563.299,43)
Viagens Institucionais	(70.490,11)	(76.019,74)
Manutenção e Conservação	(261.133,88)	(260.741,98)
Despesas Gerais	(575.305,96)	(631.531,90)
Financeiras	(811.005,78)	(432.673,33)
Depreciação do Imobilizado	(184.693,79)	(171.343,04)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.008.182,89)	134.782,32
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	577.380,42	616.606,94
LIVRARIA	104.412,92	150.682,84
FINANCEIRA	11.478,91	8.203,78
OUTRAS RECEITAS	461.488,59	457.720,32
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(430.802,47)	751.389,26

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios

	01/Jan a 31/dezembro/07	01/Jan a 31/dezembro/06
ORIGENS		
(Déficit) Superávit do Exercício	(430.802,47)	751.389,26
Reversão de Depreciação	-	(8.063,22)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(228.686,01)
Aumento das Receitas Diferidas	-	1.947.521,09
	<u>(430.802,47)</u>	<u>2.462.161,12</u>
Itens que não afetam o Capital circulante líquido		
Depreciação do Imobilizado	184.693,79	171.343,04
	<u>184.693,79</u>	<u>171.343,04</u>
Apresentado como aplicação de recursos	<u>246.108,68</u>	-
Recursos de Terceiros		
Baixa de Ativo Imobilizado - custo	47.836,28	-
	<u>47.836,28</u>	<u>2.633.504,16</u>
Totais	47.836,28	2.633.504,16
APLICAÇÕES		
Nas Operações	246.108,68	-
Aquisição de Ativo Permanente	102.395,39	127.254,05
Redução das Receitas Diferidas	3.561.965,69	-
	<u>3.910.469,76</u>	<u>127.254,05</u>
Totais	3.910.469,76	127.254,05
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(3.862.633,48)	2.506.250,11
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
ATIVO CIRCULANTE		
No início do Período	13.879.611,07	9.435.662,00
No fim do Período	9.505.698,85	13.879.611,07
	<u>(4.373.912,22)</u>	<u>4.443.949,07</u>
PASSIVO CIRCULANTE		
No início do Período	5.559.921,24	3.622.222,28
No fim do Período	5.048.642,50	5.559.921,24
	<u>511.278,74</u>	<u>(1.937.698,96)</u>
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(3.862.633,48)	2.506.250,11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2007

DISCRIMINAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA DE REAVALIÇÃO DO ATIVO	VARIAÇÃO PATRIMONIAL A APROPRIAR	TOTAIS
EXERCÍCIO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006				
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	(603.331,69)	5.766.526,11	1.191.804,95	6.354.999,37
Apropriação de variação patrimonial do ano anterior	1.191.804,95		(1.191.804,95)	-
cancelamento de faturas emitidas em anos anteriores	(204.542,58)			(204.542,58)
Outros	(24.143,43)			(24.143,43)
Doações				
Variação patrimonial no período				
Saldos em 31 de dezembro de 2006	359.787,25	5.766.526,11	751.389,26	6.877.702,62
EXERCÍCIO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007				
Saldos em 31 de dezembro de 2006	359.787,25	5.766.526,11	751.389,26	6.877.702,62
Apropriação de variação patrimonial do ano anterior	751.389,26		(751.389,26)	-
Variação patrimonial no período				
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.111.176,51	5.766.526,11	(430.802,47)	6.446.900,15

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL				
1 - Base de Cálculo	2007		2006	
	Quantidade	Valor (mil)**	Quantidade	Valor (mil)**
Folha de pagamento bruta (FPB) Funcionários	114	4.734	115	4.177
Folha de pagamento bruta (FPB) Administradores	5	649	5	607
Terceirizados	19	7.353	39	9.779
Autônomos	97	1.944	70	1.932
Total Base de Cálculo		14.680		16.495
2 - Indicadores Sociais Internos				
Alimentação	119	207	63	81
Transportes	60	140	69	136
Encargos Sociais	0	1.299	0	1.160
Saúde	119	149	119	135
Segurança e medicina no trabalho	119	41	119	35
Ações Judiciais Empregados contra Empresa	0	0	0	0
Total de Indicadores Sociais Internos		1.836		1.547
3 - Indicadores Sociais Externos				
Educação		268		303
Cultura		172		207
Outros		120		79
Total de Indicadores Sociais Externos		560		589
4 - Indicadores Ambientais				
Investimentos e gastos c/ manut. nos processos oper. p/ melhoria do meio ambiente		0		290
educação ambiental para a comunidade		501		674
outros processos ambientais		0		25
processos ambientais, adm. e judiciais movidos contra a entidade		0		0
valor de multas e das indenizações relativas a matéria ambiental		0		0
Total dos investimentos em meio ambiente		501		989
5 - Indicadores do Corpo Funcional				
Nº de empregados(as) ao final do período	*119		*119	
Nº de admissões durante o período	15		30	
Nº de demissões durante o período	16		27	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0		0	
Nº de estagiários(as)	8		17	
Nº de empregados(as) menores de 18	0		0	
de 18 a 35	43		45	
de 36 a 60	67		64	
acima de 60	9		10	
Nº de mulheres que trabalham na empresa	59		57	
Nº de homens que trabalham na empresa	60		62	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	71,4		71,4	
% de cargos de chefia ocupados por homens	28,6		28,6	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	7		6	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0		0	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	2		2	
Nível de escolaridade- Analfabetos	0		0	
ensino fundamental	18		19	
ensino médio	36		37	
ensino técnico	0		0	
ensino superior	52		51	
pós-graduados	13		12	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2007		2006
Relação entre a maior e a menor remuneração - empregados		16,66		16,66
Relação entre a maior e a menor remuneração -administradores		1,44		1,44
Número total de acidentes de trabalho		0		0
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		5.602		5.968

* 01 (um) FUNCIONÁRIO EM LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO EM 2005, RETORNOU EM 2006.

** ITENS COM BASE EM DADOS CONTÁBEIS.

OS ITENS CONSTANTES NA NBCT 15 DO CFC COM INCIDÊNCIA "0" FORAM EXCLUIDOS DESTA DEMONSTRAÇÃO

Notas da Administração em 31 de dezembro de 2007

1. Contexto Operacional

O Instituto é uma associação civil fundada em 01 de outubro de 1952, reconhecida como de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto nº 34.661, de 19/11/1953) e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei 2149 de 04/08/1993), sem fins lucrativos e de fins filantrópicos (certificado de 08/05/1974 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, sujeito a renovações periódicas), que tem por objetivo o estudo, a pesquisa e a busca de soluções dos problemas municipais no marco do desenvolvimento ambiental sustentável, em âmbito regional e nacional, bem como o aperfeiçoamento de pessoal no campo da Administração Municipal e serviços públicos e atividades correlatas, com vistas à inserção no mercado de trabalho e à inclusão social.

No caso de extinção reverterá o acervo que houver em favor da União, caso não seja definida sua transferência a algum estabelecimento público ou a outra associação que tenha fins idênticos ou análogos aos seus.

2. Principais Diretrizes Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da Legislação Societária, observando as diretrizes descritas abaixo:

a) Apuração da variação patrimonial (receitas e despesas)

A variação patrimonial é apurada pelo regime de competência.

b) Aplicações financeiras

Estão apresentadas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro do ano a que se referem.

c) Contas a receber

Estão demonstradas pelo valor pelo qual foi faturado o serviço prestado, deduzido de uma provisão constituída para cobrir possíveis perdas na realização das cobranças.

d) Projetos e serviços contratados em execução

O valor da parte ainda não executada dos projetos e serviços contratados é demonstrado no Ativo Circulante e o crédito correspondente é apresentado em "Receitas Diferidas".

e) Estoques

Estão demonstrados como segue:

- Livros e publicações destinados à venda estão apresentados pelo custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

- Materiais de consumo estão apresentados ao custo de aquisição, inferior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

f) Imobilizado

Imóveis, maquinarias, equipamentos e instalações, que compõem o edifício da sede da Instituição representando cerca de 92% do total do ativo imobilizado, estão demonstrados com base em avaliação realizada no ano de 2000 por empresa especializada; os demais itens estão apresentados ao custo de aquisição.

A provisão para depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, com adoção de taxas usualmente aplicadas para os diversos tipos de bens do imobilizado.

g) Passivo Circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3. Aplicações Financeiras

	Em Reais	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Vinculadas a projetos específicos	139.578,87	52.745,60
Livres	48.947,27	51.587,21
	<u>188.526,14</u>	<u>112.333,81</u>

Aplicações no montante de R\$ 139.578,87 (R\$ 52.745,60 em 2006) estão vinculadas à execução de projetos cujos recursos foram disponibilizados antecipadamente pelos órgãos financiadores de tais projetos.

4. Projetos e Serviços Contratados em Execução

O valor relativo à parte a realizar dos contratos de prestação de serviços e de projetos em execução, deduzido da parte a ser realizada por representantes e por terceiros, está demonstrado no Ativo Circulante - R\$ 3.860.301,00 -, sendo o crédito correspondente apresentado como "Receitas Diferidas". Tendo em vista que a Instituição é uma entidade sem fins lucrativos a tendência é de que os custos para cumprimento desses contratos se

aproximem do valor contratado. Como parte dos serviços será atendida com gastos normais de custeio, não foi constituída provisão para cobrir os respectivos custos.

5. Contingências

O Instituto tem em seus quadros vários empregados com mais de 10 anos de registro (vários com mais de 20 anos), entretanto, não é esperada qualquer ação trabalhista envolvendo valor significativo.

6. Seguros Contratados

A Instituição mantinha em 31 de dezembro de 2007 seguros contratados contra incêndio e outros riscos sobre seu ativo imobilizado com cobertura de R\$ 7.580.480,00 considerada adequada ao valor dos bens segurados.

7. Legislação

A Lei 9.732 regulamentada pelo Decreto 2.536, de 06 de abril de 1998, estabelece condições para concessão de certificados de entidades filantrópicas. O Instituto vem operando de forma a continuar fazendo jus aquele certificado e tem fornecido tempestivamente os dados e informações necessárias à manutenção daquela concessão.

8. Administração da Instituição

A administração da Instituição é exercida pelo seu Conselho de Administração, composto por dez Conselheiro-Diretores, eleitos em Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, auxiliado por um Superintendente Geral, também com quatro anos de mandato, com vínculo empregatício, o qual é escolhido pelo Conselho.

Os Conselheiros não têm qualquer remuneração ou qualquer compensação, vantagem ou privilégio, a qualquer título, pelos serviços que prestam ao Instituto.

Da mesma forma, o Conselho Fiscal, que tem como atribuições efetuar anualmente a tomada de contas da Administração e fiscalizar a execução orçamentária, não faz jus à remuneração a qualquer título.

Conforme Resolução nº 02/07 – O Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Resolveu:

Designar PAULO TIMM, para o cargo de Superintendente Geral, pelo período de 4 (quatro) anos; esta resolução entrou em vigor na data de 11 de abril de 2007.

9. *Eventos Subseqüentes*

De 31 de dezembro de 2007 até a data do presente relatório (29 de fevereiro de 2008) não ocorreu nenhum evento que tivesse efeito relevante nas demonstrações contábeis nem nas operações da Instituição.

Eleições 2008 e a Agenda Municipal de Governo

Marcos Flávio R. Gonçalves

Advogado, Mestre em Administração Pública e Consultor do IBAM

Nilton Almeida Rocha

Coordenador Geral da Assessoria de Relações Institucionais do IBAM

Ricardo Moraes

**Arquiteto, Supervisor Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano
e Meio Ambiente do IBAM**

Celebrando a Constituição Brasileira e a Cidadania

A Constituição Federal completa 20 anos em 2008, no mesmo dia 5 de outubro em que se realizarão as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador em todo o Brasil.

Os dois fatos possuem, de certo, grande importância. São duas décadas sob o predomínio do Estado de Direito, antes atropelado pelos governos que se seguiram ao Movimento de 1964, e as eleições municipais reproduzem essa ordem, promovendo a saudável renovação dos dirigentes locais sem interferências indevidas, já que ocorrem por meio do voto livre do eleitorado.

Recorde-se que nem sempre foi assim; as interrupções do calendário eleitoral, a critério dos governos de então, fizeram com que várias vezes as eleições fossem canceladas, ou adiadas, além de em vários momentos o Executivo municipal ter sido ocupado por Prefeitos nomeados pelo Presidente da República ou pelo Governador do Estado, sem a participação da população. Assim foi, por exemplo, entre 1937 e 1945, bem como durante alguns anos do regime militar implantado em 1964 e que se estendeu até a eleição indireta para Presidente da República em 1985; neste último período, Prefeitos das capitais e de número considerável de Municípios não eram escolhidos pelos eleitores, mas pelos mandatários federais ou estaduais.

Movimentos sociais no país de variada natureza e abrangência e um cenário internacional de afirmação de valores democráticos minaram paulatinamente as bases do regime militar e direcionaram o Brasil para a redemocratização. Na área política, deu-se a aglutinação dos setores que apoiavam o regime militar e os que lhe faziam oposição em partidos políticos opostos. Neste novo quadro, a proposta de distensão política passou a orientar idéias e ações de segmentos representativos do próprio regime militar preocupados em garantir uma mudança “responsável” para a democracia.

A autonomia municipal sofreu, no período de 1964 a 1985, grave desrespeito, embora estivesse garantida constitucionalmente desde a Carta Republicana de 1891, mesmo que de forma indireta. A Constituição de 1988, além de consagrar o Município como membro efetivo da Federação, generalizou sua autonomia política, fazendo com que os agentes políticos, titulares do Poder Executivo e membros do Legislativo (independentemente da situação do Município – capitais, pequenos, médios e grandes, áreas antes consideradas de interesse da segurança nacional), sejam escolhidos pelo voto direto e simultâneo realizado em todo o país, a teor do que dispõe o art. 29.

O processo vem se repetindo desde então, mesmo que eventualmente se façam alterações na legislação eleitoral, como foi o caso da emenda que permitiu a reeleição dos Prefeitos, com possibilidade de segundo turno naqueles com mais de 200.000 eleitores. A participação dos que escolhem tem sido expressiva, mostrando graus de comparecimento mais altos em 2004 do que o registrado nas eleições presidenciais e do Congresso de 2002, conforme quadros a seguir. O primeiro deles registra informações referentes às últimas eleições para Prefeito e Vereadores.

Eleições Municipais de 2004

UF	Cargo	Eleitores aptos
Todas	Prefeito e Vereador	119.818.378

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2004

O quadro que se segue mostra o grau de comparecimento de eleitores nas eleições para as esferas federal e estadual. Observe-se que apenas nas eleições para deputados distritais, que guarda semelhança com as eleições para vereadores e são exclusivas do Distrito Federal, há percentual de comparecimento superior ao das eleições municipais.

Eleições gerais em 2006

Cargo	Eleitores aptos	Total
Presidente	125.913.134	104
Governador	125.827.049	104
Deputado Distrital	1.655.050	1
Deputado Federal	125.827.049	104
Deputado Estadual	124.171.999	103
Senador	125.827.049	104

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2007

Isso, na verdade, não constitui surpresa – o percentual de comparecimento já tinha sido mais alto baixo nas eleições de 2000, quando comparado com as de 1998. Destaca-se, uma vez mais, o forte interesse do cidadão pela eleição daqueles – Executivo e Legislativo – que governarão o Município em que vive.

Pode-se, assim, afirmar que o município participa efetivamente da escolha dos dirigentes locais, quer ter voz ativa na decisão. É o momento em que se dá a prática democrática da seleção de representantes que irão exercer o poder em nome dos que os elegeram, como está na Constituição.

Ganhos e desafios para a gestão municipal cidadã

Contados os votos, definidos os eleitos, é hora de transformar em prática suas plataformas e pensar no exercício dos respectivos mandatos, no Executivo e no Legislativo. Aqueles que se reelegeram têm já o domínio da situação. Conhecem questões pendentes, sabem que os recursos são insuficientes para atender a toda a demanda, que tramitam processos contra o Município ou contra o próprio agente, que os problemas que irão enfrentar muitas vezes são de difícil solução, em face das carências de que sofre a Administração.

Os que assumirão pela primeira vez cargos em qualquer dos Poderes terão que dispor de algum tempo para se inteirar do que ocorre, para então poder agir de modo adequado e coerente com suas plataformas, veiculadas durante a campanha eleitoral.

Independentemente do partido a que pertencem os eleitos, coincidente com o dos que estão saindo ou não, é de lembrar que a continuidade administrativa é condição essencial para a boa governança, preocupação hoje constante entre os que têm interesse nas questões de governo. Por continuidade administrativa entenda-se a manutenção de programas iniciados pelo governo cujo mandato está a encerrar-se; entenda-se também a cautela em promover mudanças na estrutura de comando dos dois Poderes, para que os técnicos, os conhecedores do funcionamento da máquina administrativa, não sejam alijados em nome da confiança, que, como muitas vezes se argumenta, somente é encontrada em amigos, parentes e correligionários, o que também muitas vezes é inverídico.

De fato, a complexidade da legislação, a variedade de assuntos e os entraves burocráticos exigem prática, experiência, vivência no cargo, o que permite orientar e assessorar as decisões que devem ser tomadas pelas autoridades, que, portanto, necessitam ter a seu lado pessoas que conheçam o dia-a-dia da Prefeitura e da Câmara Municipal. A manutenção desses servidores em cargos de direção, chefia e assessoramento pode contribuir para o bom desenvolvimento dos trabalhos, porque sabem onde se encontram os gargalos, estão acostumados a destrinchar a legislação, conhecem os interlocutores de outras esferas, órgãos, parceiros, contribuintes importantes, fornecedores etc., dominam, enfim, a cultura da organização.

No que respeita à permanência de programas ou projetos antes iniciados, pode-se lembrar que parte deles constitui obrigação constitucional ou legal, como são os casos da educação e da saúde, apenas para citar dois exemplos. Outras iniciativas, porém, que não se enquadram nessa moldura, devem também ser mantidas e continuadas para que não se queimem recursos – escassos, diga-se – já utilizados e que não retornarão, salvo se na forma de oferecimento de serviços de qualidade à população.

Essas considerações sobre a continuidade administrativa não guardam qualquer contradição com a oportuna avaliação e decisão sobre mudanças nas ações e na organização administrativa dos poderes executivo e legislativo municipais. Tais mudanças tendem a encontrar melhores condições de efetivação e a ser mais expressivas quando iniciadas nos dois primeiros anos dos mandatos. É comum que os Governos Municipais, em particular o Executivo, dediquem os primeiros meses de gestão para a análise acurada dos programas e projetos municipais, dos compromissos financeiros assumidos, das despesas de custeio e outros para orientar seus planos de ação de curto, médio e longo prazos.

Sabe-se que a receita municipal é, quase sempre, inferior ao necessário para atender a todas as obrigações do Município. Em decorrência, a gestão financeira deve procurar a eficiência, que necessita de planejamento, fundamental para que se realize a receita que a tributação proporciona. A organização do órgão fazendário deve refletir a preocupação da autoridade com o desenvolvimento institucional da gestão tributária, com medidas que afastem a burocracia sem resultados, que levem à profissionalização dos agentes

envolvidos, que homenageiem a proporcionalidade, a razoabilidade e a economicidade, princípios dirigidos à Administração Pública tão poucas vezes considerados.

No Poder Legislativo municipal, que não possui competência para arrecadar, a preocupação deve estar no controle dos gastos e na criação de mecanismos que possibilitem a participação cidadã, de modo a mantê-los não só nos limites legais, mas também nos critérios relativos aos três princípios antes citados.

Os tópicos sobre os quais se chama a atenção devem, na verdade, estar envolvidos pelo planejamento, de modo a torná-los consistentes e comprometidos com o interesse público. A complexidade da atuação municipal – submetida a normas constitucionais, legais, econômicas, sociais, de controle formal e informal – e seu alcance – servidores, usuários de serviços, parceiros, administrados, contribuintes, outras esferas governamentais, fornecedores, a coletividade – exigem cuidados que encontram apoio no planejamento, com o qual se evita a ação desconexa, descuidada, ineficiente ou insatisfatória, para torná-la fundamentada, adequada e pertinente em suas diversas facetas.

A imagem do Município: reflexo da qualidade da gestão

A Administração Pública, como um todo, tem sido foco de denúncias sobre os mais variados aspectos. É raro o dia em que jornais, rádios, televisões e, agora, também a internet, não estampam alguma suposta irregularidade cometida por agentes políticos de todas as esferas e de todos os níveis. O Município não escapa dessa prática; são constantes as notícias relacionadas com gastos irregulares, despesas exageradas para funcionamento e manutenção da Câmara, nomeações fundadas no nepotismo ou no clientelismo e outras semelhantes.

Não se há de duvidar que parte substancial dos Municípios brasileiros age dentro dos limites da lei, observando critérios éticos e de competência, além de ter claramente por objetivo o interesse público, finalidade de sua existência, como ensina a doutrina. Verificam-se também, no entanto, ações que atropelam os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade, apenas para citar dois, pois outros são também ignorados. Com alguma frequência fica-se sabendo da perda de mandato, da condenação à reposição de recursos em dinheiro ou de outras penalidades aplicadas a Prefeitos e Vereadores, ou a outros agentes públicos, mediante provocação do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de outras autoridades competentes para iniciar medidas nesse sentido ou para determinar as penas e as sanções, e mesmo de cidadãos que se sentem lesados em seus direitos e buscam os caminhos competentes para sanar o dano.

Ocorre ainda que, às vezes, a punição resulta de falta de conhecimento técnico dos procedimentos e das normas aplicáveis ao uso do dinheiro público. De fato, o ordenamento jurídico, orçamentário, contábil e administrativo é vasto e complexo; são muitas as leis, os decretos, as portarias, as instruções e outros atos legislativos ou administrativos que devem ser observados nas licitações, no lançamento de tributos, na aplicação de penalidades administrativas (pecuniárias ou não), no uso da discricionariedade – que não

se confunde com a arbitrariedade, embora muitas vezes esta substitua aquela –, no próprio exercício dos mandatos e em inúmeras outras oportunidades.

Divulga-se, da mesma forma, o não-cumprimento, pelos Municípios, de suas obrigações junto à população. A Constituição Federal, as leis orgânicas e outros diplomas legais relacionam as competências municipais, que não são poucas, além daquelas que, denominadas comuns (saúde, educação, preservação do meio ambiente etc.), também têm a participação do Município. Pode-se argumentar que, freqüentemente, o Município não presta corretamente o serviço porque não dispõe de recursos suficientes, o que muitas vezes é verdade. Outras vezes, porém, os recursos são insuficientes porque são mal aplicados ou porque gasta-se naquilo que não é prioritário ou, ainda, a Administração não se esforça para arrecadar o que poderia.

A propósito, cabe lembrar que a eficiência tributária pode ser resumida no binômio arrecadação + justiça fiscal. Em outras palavras, é eficiente a máquina tributária que obtém boa arrecadação e que se preocupa com a justiça fiscal, isto é, com que todos paguem, mas proporcionalmente à sua capacidade contributiva.

Há estudos que demonstram a ineficácia de tributos como as taxas que, ao lado de sua importância relativa, costumam ser altamente regressivas, ou seja, tributam mais, proporcionalmente, os que possuem renda baixa, ao passo que o imposto predial e territorial urbano – IPTU, para citar exemplo, nem sempre é lançado sobre base de cálculo real, porque a Administração passa anos e anos sem reavaliar os imóveis¹.

No mundo contemporâneo, onde o acesso à informação ganha relevância diariamente, a capacidade de avaliar o que fazer com tamanho acervo informativo é determinante para o sucesso das iniciativas, e a criatividade é valor diferencial, ao considerar mais que a boa idéia, a maneira pela qual a materializamos e a tornamos efetiva na resolução dos problemas. Esta dinâmica também está na base dos circuitos virtuosos que qualquer gestor público deve fomentar para o tratamento dos problemas urbanos.

Neste ano eleitoral, diante do acúmulo de conhecimento e experiências desenvolvidas ou em desenvolvimento sobre problemas e alternativas para as questões urbanas, mais do que a *promessa do fazer*, relevância factual tem a *proposta de como fazer*.

Uma plataforma política consistente será prenúncio de um plano de governo exequível e, para tanto, candidatos devem aprofundar o conhecimento sobre os problemas locais e explorar alternativas de solução coerentes com as potencialidades municipais, as possibilidades a estimular e/ou reorientar, os recursos financeiros e técnicos disponíveis e a incrementar, as parcerias públicas, com agentes privados e não-governamentais, com arranjos comunitários, além de identificar as oportunidades advindas da adesão a programas de outros níveis de governo.

¹ A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, ou seja, o valor de mercado, obtido mediante avaliação feita nos termos da legislação tributária nacional e municipal.

O gestor municipal atual, diante do quadro de limitações e obrigações já apresentado, cada vez mais precisará ter um *projeto de gestão* para auxiliá-lo a manter o foco da agenda que lhe cabe e enfrentar novos cenários que estão a desafiá-lo, inclusive no recente panorama mundial de mudanças climáticas e suas interações com o desenvolvimento urbano.

Os caminhos podem não ser os mesmos trilhados por outros Municípios, mas pode-se aprender com os erros e acertos alheios. Entretanto, é preciso procurar conhecer as recentes experiências em gestão pública e, no caso, em planejamento e gestão urbana que fomentam processos participativos, o marco jurídico que regulamenta os diversos temas que a compõem e as oportunidades para o financiamento das ações de governo nos diferentes setores.

Adota-se aqui como premissa o reconhecimento da abrangência da ação política do gestor público e seus efeitos – positivos ou negativos – sobre a vida de contingente da ordem de 82% da população brasileira que vivem nas cidades e, portanto, da submissão daquele a um *código de conduta ética*.

Regida pelos mesmos marcos universais, mas diferentemente da ética pessoal (orientada pela convicção íntima em princípios morais aceitos em cada sociedade e onde o indivíduo transgressor responde pelas conseqüências limitadas de seus atos), a ação do gestor público como ente político, em especial para aqueles com mandato democrático, deve pautar-se pela *ética da responsabilidade*, identificada com o espírito republicano, onde o poder conquistado pelo voto está a serviço do bem comum e a decisão política dirigida para a justiça social e a eficiência.

“O delicado tecido da moral diz respeito ao indivíduo no mais fundo do seu ‘foro íntimo’, ao mesmo tempo que o vincula aos homens com os quais convive.

Embora a ética não se confunda com a política, cada uma tendo seu campo específico, elas se relacionam necessariamente. Por um lado, a política, ao estender a justiça social a todos, permite a melhor formação moral dos indivíduos. Por outro lado, as exigências éticas não se separam da ação dos governantes, que não devem interpor seus interesses pessoais aos coletivos.

Estabelecer a dialética entre o privado e o público é tarefa das mais difíceis e exige aprendizagem e têmpera. É assim que se forja o caráter das pessoas.”²

O Município, como parte integrante de um mesmo corpo federativo, tem compromisso com a promoção dos objetivos fundamentais da República previstos no artigo 3º da CF 88, que enquadram o papel do Estado brasileiro nos marcos da equidade na distribuição dos benefícios resultantes da produção coletiva da sociedade.

² Aranha, Maria Lúcia de Arruda. Martins, Maria Helena Pires. Introdução à filosofia, 2ed., revisão atualizada. Editora Minerva. São Paulo: 1993, pg 278.

Pontos focais para uma agenda municipal: preocupações do gestor

Sugerem-se, a seguir, focos de intervenção que devem compor uma agenda de governo municipal, tendo em conta os argumentos apresentados neste artigo.

Foco no desenvolvimento socioeconômico

Trata-se de orientar a ação do governo municipal no sentido de deslocar parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, de modo a aproximar a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, conforme observa Ladislau Dowbor³.

Essa aproximação contribui para a participação direta do cidadão na gestão racional dos recursos localmente disponíveis fazendo com que ele se torne um mecanismo regulador complementar ao mercado e ao direito público administrativo. Alguns estudos destacam que a subutilização de recursos – humanos, físicos e outros – é um dos fatores mais relevantes nos entraves ao desenvolvimento do país.

O deslocamento do desenvolvimento para o nível local favorece, ainda, iniciativas intermunicipais tais como conselhos regionais de desenvolvimento, consórcios intermunicipais de saúde e outras. Fatos que fortalecem a figura do Prefeito como articulador das forças latentes num território regional que compreende o do seu Município. Entidades como o IBAM, Fundação Getulio Vargas e outras registram uma variedade de iniciativas municipais nessas áreas que podem ajudar os eleitos na decisão sobre ações que devem ser desenvolvidas em seus municípios.

Pode-se afirmar, no entanto, que a organização de sistemas locais de informação, a articulação do apoio financeiro, a apropriação de novas tecnologias, a geração de uma capacidade local de comunicação e mobilização, a busca de soluções institucionais e a capacitação de agentes para o desenvolvimento local estão entre as iniciativas que o Governo Municipal pode tomar para apoiar iniciativas locais de desenvolvimento, segundo observa Ladislau Dowbor no estudo mencionado⁴.

Foco na responsabilidade fiscal

O tema do federalismo e da responsabilidade fiscal no Brasil também deve constar da agenda dos Governos Municipais, sob o foco do fortalecimento do Município como ente da federação brasileira e da melhoria dos serviços públicos.

Ainda que polêmica desde a sua publicação, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – veio na esteira dos debates que se fortaleceram na sociedade nas últimas décadas sobre a transparência na gestão dos recursos públicos e a qualidade dos gastos governamentais. É cada vez mais evidente que o zelo com o uso dos recursos financeiros municipais deve

³ Dowbor, Ladislau – *Proposta para um Programa de Governo Municipal: organização de iniciativas locais*, in Revista de Administração Municipal, Ano 53, nº 266, pp. 5-14.

⁴ Dowbor, Ladislau – *idem*, pp. 9-14.

ser um dos compromissos dos candidatos aos poderes Executivo e Legislativo nas próximas eleições.

Estudos diversos demonstram que ocorreram mudanças significativas na gestão fiscal municipal. Tais mudanças são constatáveis na redução das dívidas dos Governos Municipais em relação à receita bruta e no cumprimento do dispositivo da LRF de limitar o gasto com pessoal a 60% da receita corrente líquida. Também se constata essa melhoria na trajetória descendente das dívidas estaduais e municipais em relação ao PIB; crescentes até 2003, a partir de 2004, quando ocorreram as renegociações das dívidas dos governos estaduais e municipais; tal fato se fortaleceu após a vigência da LRF⁵.

Trabalho recente premiado pela Secretaria do Tesouro Nacional teve o objetivo de elaborar um Índice de Qualidade do Gasto Público que permita comparar as despesas públicas com o seu retorno na forma de bem-estar social. Ainda que aplicado exclusivamente para os gastos dos governos estaduais, o índice tem aplicabilidade na esfera municipal, com as necessárias adaptações⁶.

O estudo concluiu que não há uma relação direta entre montante da despesa nas funções de educação e saúde e resultados positivos dos serviços prestados à população:

“Estados com menor despesa apresentam um melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público. Aparentemente, o retorno obtido em termos de melhoria na qualidade de vida para a população não é proporcional ao aumento da despesa. É o que se pode chamar de deseconomia de escala em ambas as funções.”⁷

Observe-se, adicionalmente, que cerca de 30 Municípios brasileiros foram premiados pelo UNICEF, em 2008, por iniciativas locais que possibilitaram resultados positivos na área da educação. Iniciativas que não dependeram de gastos adicionais ou de fortes investimentos mas que permitiram, por exemplo, aprovação de 98% dos alunos de uma escola municipal, evasão zero em outra e altos índices de frequência às aulas numa terceira unidade escolar, por exemplo⁸.

Qualidade do gasto público determinada pela melhoria das condições de vida da população é, portanto, um outro foco proposto para a agenda dos Governos Municipais na próxima legislatura.

⁵ Baía, Paulo – *Desafios para os candidatos a Prefeitos em 2008: Responsabilidade Fiscal*, in Revista de Administração Municipal, Ano 53, nº 266, pp. 15-22.

⁶ Brunet, F.G., Bertê, Ana M., Borges, C. B. - *Estudo Comparativo das Despesas Públicas dos Estados Brasileiros: um Índice de Qualidade do Gasto Público*, in Laboratório de Administração Municipal, do IBAM, www2.ibam.org.br/teleibam, ou Secretaria do Tesouro Nacional.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ *O Globo*, 25 e 26 de março de 2008.

Foco na sustentabilidade ambiental urbana

Os principais temas com os quais toda sorte de problemas urbanos, direta ou indiretamente, se relacionam são conhecidos – inclusão territorial e moradia digna, saneamento ambiental e mobilidade urbana (historicamente habitação, saneamento básico e transportes). Suas implicações afetam todas as cidades brasileiras, onde o que varia diz respeito à escala do problema a enfrentar, ao dimensionamento de recursos e à criatividade dos gestores no suprimento das necessidades.

A mudança de nomenclatura não é jogo de palavras vazias, representa a evolução do entendimento sobre questões fundamentais e aflitivas para o conjunto da sociedade brasileira, guardando correspondência com as aspirações da maioria da população que conformaram fundamentos da Constituição Federal de 1988 – entre outros, inclusão social, combate à pobreza, gestão democrática, equiparação de oportunidades aos grupos sociais em situação de desvantagem, sustentabilidade.

A nomenclatura atual confirma a visão integradora sobre os eixos temáticos estruturais da política urbana pós-88, embutindo no próprio nome o olhar transversal requerido para o tratamento e gestão de problemas urbanos. Isto é dizer: estabelecer um *circuito de planejamento contínuo* capaz de articular as políticas, programas e ações setoriais, que requer o aprimoramento das capacidades técnicas, das ferramentas organizacionais, da legislação, do sistema de informações municipais e de mecanismos para o controle social.

Não há novidade nesta demanda. Ao desconsiderá-la, perde o político, no exercício da função de gestor para a qual foi eleito, arriscando-se a desqualificar a tomada de decisão que lhe cabe, a desperdiçar os recursos públicos, a não atender as expectativas dos eleitores em dar solução eficaz aos problemas. No final das contas, a não adesão a critérios técnicos resulta na ineficiência em seu papel de servidor público, que fatalmente reverte em prejuízo político.

O paradigma da atividade de planejamento está identificado com princípios da reforma urbana em andamento no país, reunidos nas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/07/2001) que norteiam a inversão de lógicas responsáveis pelo quadro de agudas deseconomias de nossas cidades, a partir da ação planejada e conseqüente do poder público, especialmente no nível municipal, onde as políticas ganham territorialidade e afetam de modo direto a população.

A política urbana atual, confirmada em capítulo específico da Constituição (arts. 182 e 183) – ao mesmo tempo resultante dos anseios do conjunto da sociedade brasileira e propulsora da ação política e técnica de intervenção sobre a insustentabilidade dos modos de produção das cidades –, está assentada no tripé gestão democrática/função social da cidade e da propriedade urbana/sustentabilidade ambiental urbana, tendo o plano diretor

⁹ Há outras tipificações quanto à obrigatoriedade mencionada – ver art. 41 da Lei nº 10.257/2001.

como instrumento básico e obrigatório, aprovado em lei municipal, para cidades com mais de 20 mil habitantes.

Entre 5.562 Municípios, 1.682 compõem o conjunto daqueles submetidos à obrigação legal de desenvolver seus planos diretores, por força do mandato constitucional ou do Estatuto da Cidade.⁹

Entretanto, aos centros urbanos menores, que constituem a maioria do universo de cidades, não é dispensável a necessidade da atividade de planejamento. Seja diante das competências atribuídas a *todos* os Municípios na Constituição, ou do fato de que acumulam parte significativa da população urbanizada ou que deles dependem, a vida e as necessidades das pessoas se reproduzem igualmente, e os mesmos problemas urbanos das grandes cidades ocorrem nem sempre em menor complexidade. Para estes, a atividade de planejamento ganha então um caráter profilático e, pela sua escala, com melhores chances de interagir e compartilhar da cooperação dos indivíduos nos caminhos para o desenvolvimento e qualidade do lugar onde vivem, no contexto de uma gestão participativa liderada pelo governo local.

Segundo pesquisa divulgada em agosto de 2007, realizada pelo Ministério das Cidades/ CONFEA, 1.335 Municípios contam hoje com novos planos diretores finalizados ou em processo de elaboração ou aprovados (cerca de 93% do universo submetido à obrigação).

Em termos quantitativos, o dado indica que os Municípios estão respondendo positivamente ao esforço de construir uma nova experiência em planejamento apoiada nos fundamentos da reforma urbana. Em termos qualitativos, em relação ao conteúdo dos novos planos, ou de como os Municípios se propõem a enfrentar os problemas urbanos e em quais instrumentos de gestão estarão ancorados para promover o direito à cidade sustentável e à participação da sociedade no planejamento local, as análises iniciais apontam para um quadro de desnivelamento das propostas, com ênfase nos instrumentos destinados ao combate à especulação imobiliária e à indução do desenvolvimento urbano em detrimento daqueles afetos à gestão.¹⁰

Nessa linha, algumas conclusões do seminário *Agenda para Implementação dos Planos Diretores Participativos*, realizado pelo IBAM em novembro de 2007, abordam as seguintes questões gerais nesse campo:

- ☐ a organização de informações sobre o território municipal como resultado positivo obtido no processo de elaboração dos planos diretores;
- ☐ o processo participativo representa a deflagração de uma mudança cultural com ganhos para o poder público e para a sociedade civil no conhecimento do plano, dos problemas municipais, meios e sinergias necessários para solucioná-los;

¹⁰ No primeiro caso, o circuito de aplicação sucessiva da compulsoriedade, do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação-sanção não conta ainda com a sua operação e avaliação efetivas. No segundo, são poucas ainda as experiências em aplicação, com destaque para a outorga onerosa do direito de construir.

- ▣ o conjunto dos instrumentos do Estatuto da Cidade deve compor um sistema de gestão do território no contexto de gestão plena: realizar o plano diretor, aprimorar a competência do setor responsável para conduzir a sua implementação, instituir a instância formal de acompanhamento e controle social – conselho;
- ▣ a estrutura administrativa da Prefeitura deve se preparar para implementar o plano diretor, instituindo processos e rotinas que gerem as informações e possibilitem as articulações para o planejamento e gestão do território, favorecendo a tomada de decisão, o monitoramento e a efetividade das propostas do plano;
- ▣ para muitos Municípios é necessário elaborar ou atualizar a regulamentação dos instrumentos de ordenamento do território (zoneamento e parcelamento), simplificar a atividade de licenciamento e qualificar a fiscalização;
- ▣ há avanços na regulamentação dos instrumentos para regularização fundiária e acesso à terra, porém ainda permanece uma visão que trata a produção irregular como uma exceção;
- ▣ quanto aos recursos, os mais bem preparados terão maior facilidade em obtê-los?

Este cenário, realizado o primeiro ciclo em direção a uma nova abordagem da política urbana municipal com a elaboração dos planos diretores, conforma os desafios do ciclo vindouro, de implementação, especialmente para os futuros gestores municipais.

Hoje, para acesso aos recursos disponíveis nos programas nacionais verifica-se a tendência no estabelecimento de critérios de elegibilidade dos Municípios, pautados nas capacidades presentes neste para fazer frente ao seu desenvolvimento, em especial os instrumentos para gestão ambiental urbana de que dispõe. Trata-se de reunir as condições para atuar com consequência e resultado na resolução dos problemas urbanos no contexto de novo marco institucional estabelecido pelo Plano Diretor.

Também aspectos da legislação ambiental brasileira, consolidada há mais tempo, em razão da necessidade de resolução das complexas questões urbanas, está em perspectiva no tocante às interações que mantém com o crescimento urbano, em especial quanto à ocupação/regularização de áreas urbanas consolidadas frente à preservação ambiental. A discussão é de grande interesse para os municípios, pois estamos em meio à construção de um entendimento sobre marco jurídico que responda às premissas de uma gestão interativa entre as dimensões ambiental e urbana, tendo como pilares a sustentabilidade e a inclusão social.

Todo esse aparato legal institui parâmetros para a gestão ambiental urbana e o cumprimento das competências municipais. Além da própria CF88 e do Estatuto da Cidade, estão em vigência, entre as mais importantes, as que tratam da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, dos consórcios públicos, do sistema nacional de habitação de interesse social e das diretrizes para o saneamento básico, além de outros relevantes projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Em outro patamar de responsabilidade está a adoção de medidas que fomentem o uso racional dos recursos ambientais e a eficiência energética de modo geral, expressos na economia do consumo de energia na iluminação pública e nos próprios municipais ou na adesão a mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e gestão integrada de resíduos sólidos, por exemplo, além de requerimentos sustentáveis no código de obras, leis de parcelamento e zoneamento.

O quadro de implicações envolvidas com o planejamento e a gestão ambiental urbana municipal na atualidade configura para o gestor local uma agenda de múltiplos temas e diversos níveis de comprometimento de suas decisões, levando-nos a concluir que, para além do grau de preparação para lidar com os problemas e desafios urbanos, seja do gestor que passou pela experiência, seja daqueles que estão se preparando para a tarefa (pois é preciso preparar-se), pautar-se pela ética da responsabilidade é condição para a eficiência das ações do gestor, mas, fundamental para o político, orientá-las por uma ética da *solidariedade*.

Considerações finais: contribuindo para a qualidade de vida comum

Conforme assinalado no início deste artigo, os 20 anos da Constituição de 1988 e as eleições para o Executivo e o Legislativo municipais tornam o próximo dia 5 de outubro particularmente significativo para os Municípios brasileiros. Afirma-se uma vez mais a democratização do país e o papel dos Governos municipais na administração pública do país.

É também o momento de renovação de expectativas da população pela melhoria da qualidade de vida, onde Municípios têm papel protagonista via políticas, ações e serviços públicos comprometidos com a promoção da cidadania. Supõe a reafirmação de compromissos públicos dos dirigentes com a ética e a adoção de uma agenda governamental que atenta aos interesses legítimos da população local.

De outro lado, no contexto mais ampliado de suas responsabilidades, como integrante do conjunto de promotores das ações de governo do país que devem ser implementadas no âmbito dos compromissos do Protocolo de Quioto, caberá aos Municípios uma parte da resposta planetária, vez que sob seu comando está administrar o planejamento municipal e urbano de forma sustentável, ao contar com políticas capazes de mitigar as emissões de carbono.

Os desafios não são pequenos, porém acredita-se que os Municípios brasileiros, como os agentes que neles atuam, estão avançando em maturidade e nos mecanismos necessários para enfrentá-los com êxito, mesmo que sua posição no contexto federativo nem sempre lhes seja favorável. Algumas idéias e afirmações aqui apresentadas têm por objetivo lembrar o elevado nível de responsabilidade que lhes cabe, não apenas por dever constitucional e legal, porém mais ainda para evoluir na consolidação da cidadania e atender ao interesse coletivo, que constituem a razão da existência do Poder Público.

IBAM – Relatório de Atividades 2007

Coordenação Editorial

Sandra Mager

Redação

Glória Nogueira

Revisão

Cláudia Ajuz

Tratamento de Imagens

José Augusto Pragner

Impressão

Imprinta

